

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NATHALIA NASCIMENTO ECOS GONZALES

**ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UMA SISTEMATIZAÇÃO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Porto Alegre

2017

NATHALIA NASCIMENTO ECOS GONZALES

**ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UMA SISTEMATIZAÇÃO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Gonzales, Nathalia Nascimento Ecos
Origens da industrialização brasileira: uma
sistematização do debate historiográfico / Nathalia
Nascimento Ecos Gonzales. -- 2017.
74 f.

Orientador: Ivan Colangelo Salomão.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Economia. 2. Industrialização. 3. Brasil. I.
Salomão, Ivan Colangelo, orient. II. Título.

NATHALIA NASCIMENTO ECOS GONZALES

**ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UMA SISTEMATIZAÇÃO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ao professor Ivan Colangelo Salomão pela paciência, atenção e dedicação durante a elaboração deste trabalho.

Às minhas colegas de faculdade que se transformaram em minhas irmãs e estiveram comigo desde o início do curso, Gabriele e Rochelle. A todas as pessoas maravilhosas que conheci na FCE e que levarei comigo, em especial, Bruna, Carla, Juliana e Laíza.

Às minhas colegas de trabalho, Alessandra e Margarete, pelo incentivo em todas as horas.

Aos meus amigos pelo apoio e carinho de sempre.

Ao meu pai, por ter exigido o meu melhor.

À minha mãe, pelo amor incondicional.

RESUMO

O trabalho busca realizar uma sistematização do debate historiográfico envolvendo as origens da industrialização brasileira. Para tal, partiu-se da tese elaborada por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, conhecida como teoria dos “choque adversos”. Primeiro é elaborado um panorama da economia brasileira no século XIX, quando o café despontou como o principal produto de exportação do país. Posteriormente, analisa-se a crise de superprodução cafeeira e as intervenções estatais a fim de defender o setor. O impacto da Grande Depressão e o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira são objeto do primeiro capítulo, assim como a discussão acerca da presença de intencionalidade na política industrializante adotada no país a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas. No segundo capítulo, são apresentadas as contribuições de autores que se opõem à interpretação de Furtado, como Peláez, Dean, Villela e Suzigan e Topik. O último capítulo trata das mediações do debate original entre teoria dos “choques adversos” *versus* “industrialização induzida pelas exportações” e das abordagens marxistas sobre o tema. As conclusões apontam que, apesar de a discussão estar adormecida nos últimos anos, sua importância é fundamental para a compreensão e, sobretudo, para o planejamento dos rumos da economia brasileira.

Palavras-chave: Brasil, Industrialização, Celso Furtado, Carlos Manuel Peláez, Choques adversos, Industrialização induzida pelas exportações.

RESUMEN

El trabajo busca realizar una sistematización del debate historiográfico envolviendo los orígenes de la industrialización brasileña. El punto de partida fue la tesis elaborada por Celso Furtado en *Formación Económica de Brasil*, conocida como la teoría de los "choques adversos". Primero se elabora un panorama de la economía brasileña en el siglo XIX, cuando el café surgió como el principal producto de exportación del país. Posteriormente, se analiza la crisis de sobreproducción cafetera y las intervenciones estatales a fin de defender el sector. El impacto de la Gran Depresión y el desplazamiento del centro dinámico de la economía brasileña son objeto del primer capítulo, así como la discusión acerca de la presencia de intencionalidad en la política industrializante adoptada en el país a partir del primer gobierno de Getúlio Vargas. En el segundo capítulo, se presentan las contribuciones de autores que se oponen a la interpretación de Furtado, como Peláez, Dean, Villela y Suzigan y Topik. El último capítulo trata de las mediaciones del debate original entre la teoría de los "choques adversos" frente a la "industrialización inducida por las exportaciones" y los enfoques marxistas sobre el tema. Las conclusiones apuntan que, a pesar de que la discusión esté adormecida en los últimos años, su importancia es fundamental para la comprensión y, sobre todo, para la planificación de los rumbos de la economía brasileña.

Palabras clave: Brasil, Industrialización, Celso Furtado, Carlos Manuel Peláez, Choques adversos, Industrialización inducida por las exportaciones.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A CRISE DOS ANOS 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	9
2.1	EXPANSÃO E SUPERPRODUÇÃO CAFEEIRA.....	9
2.2	DEFESA DO CAFÉ E O DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO: A TESE DE CELSO FURTADO.....	13
2.3	A POLÍTICA ANTICÍCLICA DE DEFESA DO CAFÉ: A QUESTÃO DA INTENCIONALIDADE.....	20
3	A INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES.....	26
3.1	DEFESA DO SETOR CAFEEIRO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A ANTÍTESE DE PELÁEZ.....	26
3.2	OS IMPACTOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: A INTERPRETAÇÃO DE WARREN DEAN.....	38
3.3	INDUSTRIALIZAÇÃO <i>VERSUS</i> SURTOS INDUSTRIAIS: A CONTRIBUIÇÃO DE VILLELA E SUZIGAN.....	40
3.4	INTERVENÇÃO ESTATAL E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PERÍODO AGROEXPORTADOR: O TRABALHO DE TOPIK.....	45
4	AS MEDIAÇÕES DO DEBATE ORIGINAL.....	53
4.1	O PAPEL DA POLÍTICA TARIFÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DE FLÁVIO VERSIANI E MARIA TERESA VERSIANI.....	53
4.2	FISHLOW E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	57
4.3	AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS: SÉRGIO SILVA E JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO.....	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização da economia brasileira esteve no centro do debate entre analistas de diferentes áreas das ciências sociais a partir dos anos 1950. Embora a interpretação mais conhecida seja a elaborada por Celso Furtado, denominada de teoria dos choques adversos por ressaltar o crescimento industrial nos períodos de crise do modelo agroexportador, existem interpretações que se contrapõem a essa tese, como a da industrialização induzida pelas exportações. Dessa forma, a pergunta que se coloca é: como a literatura trata as origens da industrialização brasileira?

O objetivo geral do presente trabalho é realizar uma sistematização do debate historiográfico das interpretações acerca do início do processo de industrialização no Brasil. Em 1959, quando publicou *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado deu uma das mais importantes contribuições para a compreensão da economia brasileira contemporânea a partir de sua história já realizadas. No primeiro capítulo, será abordada a teoria dos choques adversos – que tem em Furtado um de seus principais expoentes –, segundo a qual o ano de 1930 representou o ponto central do início da industrialização brasileira. Essa interpretação gerou um acalorado debate na historiografia e dividiu os pesquisadores entre defensores e críticos de Furtado.

Nesse sentido, Carlos Manuel Peláez destacou-se como um dos principais opositores à teoria dos choques adversos. Em 1972, Peláez publicou *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, cujo objetivo era apresentar uma reinterpretação dos estágios iniciais da industrialização brasileira. O autor divergiu fundamentalmente de Furtado ao sustentar que o crescimento industrial no Brasil teve início antes de 1930 e que esse avanço deu-se de modo equilibrado, bem como ao refutar que a recuperação da economia brasileira durante a Grande Depressão tenha sido possível graças ao setor interno. No segundo capítulo, serão analisadas as contribuições de alguns autores defensores da teoria da industrialização induzida pelas exportações, como Peláez, Dean, Villela e Suzigan, e Topik.

A controvérsia sobre as origens da industrialização no Brasil, que inicialmente dividiu-se entre teoria dos choques adversos *versus* industrializações induzida pelas exportações, ganhou diferentes contornos a partir dos anos 1970. No terceiro capítulo, serão analisadas as mediações do debate original, como as contribuições de Versiani e Versiani, de Fishlow, e as interpretações marxistas de Sérgio Silva e de João Manuel Cardoso de Mello.

Nos últimos anos, entretanto, a discussão sobre o processo de industrialização no Brasil restou adormecida e poucos trabalhos versaram sobre o tema. Dada a lacuna observada, um trabalho que busque realizar uma sistematização acerca das origens da industrialização brasileira mostra-se relevante, principalmente considerando o atual momento de crise da economia brasileira.

2 A CRISE DOS ANOS 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

2.1 EXPANSÃO E SUPERPRODUÇÃO CAFEEIRA

A origem da industrialização brasileira como resultado da política de defesa do café gerou um extenso debate na literatura na segunda metade do século XX. A interpretação clássica acerca desse processo é delegada a Celso Furtado. Nesse sentido, a obra mais célebre do autor, *Formação Econômica do Brasil*, pode ser vista como o primeiro ensaio de periodização do desenvolvimento econômico do Brasil a partir de seus momentos de crise e de expansão cíclica (CONCEIÇÃO, 1989).

No capítulo 20 de *Formação Econômica do Brasil* – “Gestação da economia cafeeira” –, Furtado (2007) destaca que, do século XVIII até a metade do XIX, a característica dominante no país havia sido a estagnação ou a decadência. O autor observa que, no Brasil, país “sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional” (FURTADO, 2007, p. 165). Os principais produtos de exportação brasileiros à época, o açúcar e o algodão, encontravam um mercado cada vez menos promissor; o primeiro, em razão da produção em rápida expansão na Louisiana, nos Estados Unidos, e em Cuba; o segundo, graças à produção norte-americana, que, além de estar integrada nos interesses do mercado importador inglês, encontrava um mercado doméstico em crescimento acelerado. O Brasil necessitava, portanto, identificar um produto de exportação que utilizasse a terra em sua produção, uma vez que esse era o fator de produção abundante no país. Nesse cenário, por volta da metade do século XIX, o café desponta como o produto ideal para ser produzido no país, assumindo importância comercial no fim desse século, quando ocorre uma alta de preços graças a uma desorganização do grande produtor de café até então, o Haiti (FURTADO, 2007). A história do café no país, no entanto, começaria mais de um século antes.

O café chegou ao Brasil em 1727, quando Francisco de Melo Palheta trouxe as primeiras sementes para o Pará. Os grãos demorariam mais algumas décadas para chegar ao Rio de Janeiro – em meados de 1760 –, onde o café misturou-se aos cultivos da capital da Colônia (FAUSTO, 2010). A produção de café para exportação concentrou-se, inicialmente, na região montanhosa próxima à capital do país, onde havia relativa abundância de mão de obra, em razão do colapso da economia mineira, e proximidade do porto, que permitia que o problema do transporte fosse solucionado com a utilização da mula. A primeira fase da

expansão cafeeira caracterizou-se, portanto, pelo aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados (FURTADO, 2007).

Sérgio Silva (1976) divide as condições históricas que proporcionaram a expansão cafeeira em condições externas e internas. Como condições externas, o autor cita: a) o crescimento do comércio internacional, que criou condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo nos países onde ele era menos desenvolvido, como o Brasil; b) as cotações internacionais do café, que estiveram em alta a partir de 1850; e c) os investimentos britânicos no país. Já como condições internas, Silva destaca a abertura dos portos, em 1808, e a independência do Brasil, em 1822, eventos que marcaram o fim do monopólio comercial de Portugal e do estatuto colonial – garantindo o acesso dos comerciantes brasileiros ao grande comércio de importação-exportação –, e que possibilitaram, por sua vez, o rápido desenvolvimento da burguesia no país, sobretudo, graças à consolidação e à expansão das fazendas de café.

O hábito de consumir café foi se generalizando no Brasil no século XIX. Entretanto, o mercado interno não era suficiente para absorver a produção, tornando o país dependente – até hoje – do mercado externo. É importante observar que o cultivo do café não se restringia à plantação, englobando um número de atividades – como aparelhamento de portos, criação de empregos e de novos mecanismos de crédito – o que deslocou o polo dinâmico do país para o Centro-sul, enquanto o Nordeste entrava em um longo período de decadência (FAUSTO, 2010).

Apesar de o café ter sido cultivado no Rio de Janeiro e em São Paulo, enquanto a economia cafeeira do oeste paulista continuava expandindo-se nas duas últimas décadas do Império, a do Vale do Paraíba declinava, não somente pela dificuldade no transporte, mas também por limites geográficos, que impediam o avanço para novas terras, fazendo com que as terras utilizadas, após serem atingidas pela erosão, tivessem sua rentabilidade significativamente reduzida. Por outro lado, no oeste paulista havia grande disponibilidade de terras e, no grande planalto de São Paulo, reuniam-se as mais favoráveis condições de solo e de clima para o cultivo do café. A terra roxa presente no oeste paulista, de alta produtividade, permitia que o rendimento do cafeeiro chegasse a trinta anos, ao contrário das outras terras, que não ultrapassavam um quarto de século (FAUSTO, 2010).

A partir de 1820, o café passou a ocupar posição entre os principais produtos de exportação e, de 1840 até 1970, respondeu por mais de 40% do valor total das exportações brasileiras, atingindo, em certos anos, 80% de seu total (GREMAUD; SAES; TONETO JÚNIOR, 1997). No entanto, no final do século XIX, surgiu o problema da superprodução.

Em 1882, a produção mundial havia superado o consumo global; no ano seguinte, com a crise nos Estados Unidos, principal importador de café brasileiro, os preços no mercado mundial passaram a cair rapidamente (SILVA, 1976).

Inicialmente, a burguesia cafeeira conseguiu amortecer os efeitos da queda dos preços graças à política inflacionária seguida pelos primeiros governos republicanos e à rápida desvalorização da moeda brasileira, que acompanhava a inflação. Não obstante, a política inflacionária não podia resolver o problema a longo prazo. O aumento dos preços dos produtos importados, dos quais a economia brasileira era extremamente dependente, ocasionaram um aumento geral do custo de vida. Consequentemente, os interesses da burguesia cafeeira iam de encontro aos dos importadores, dos trabalhadores e da pequena burguesia urbana (SILVA, 1976).

A situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou inviável a insistência em novas depreciações, o que ameaçava a rentabilidade do setor cafeeiro. O problema da superprodução passou a ser evidente, diante do aumento dos estoques de café a cada ano, acarretando uma perda de renda permanente para os cafeicultores (FURTADO, 2007). Silva (1976) destaca que a superprodução seguia aumentando e aponta que, em 1897-98, foram colhidas 7,25 milhões de sacas, número que atingiu cerca de 16,27 milhões de sacas em 1901-02, o que representava 82% da produção mundial, provocando inquietação entre os produtores. Nos anos seguintes, a produção foi diminuindo, sendo colhidas 13 milhões de sacas, em 1902-03, até se chegar a 10,6 milhões em 1905-06. Contudo, a colheita de 1906-07 foi particularmente grande e ultrapassou os 20 milhões de sacas.

Nesse contexto, a ideia de retirar do mercado partes dos estoques de café amadureceu no espírito dos dirigentes dos estados cafeeiros, beneficiados pela descentralização republicana com aumento de poder político e financeiro (FURTADO, 2007). As adversidades do mercado cafeeiro sempre estiveram em discussão, no entanto, somente a partir da realização do Convênio de Taubaté a possibilidade de intervenção foi seriamente considerada (DELFIM NETTO, 2009). Em fevereiro de 1906, a grande burguesia cafeeira reuniu-se em Taubaté, em São Paulo, para celebrar o Convênio de Taubaté, que definiria as bases da política de “valorização” do produto. Furtado (2007, p. 253-254) descreve a essência da política nos seguintes termos:

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;

- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Delfim Netto (2009) destaca que o convênio tratava de duas questões interdependentes, porém distintas: a valorização do café e a estabilização da taxa cambial. O segundo objetivo era de responsabilidade exclusiva do governo, razão pela qual, segundo o autor, não tinha razão para figurar no projeto. No entanto, a estabilização era uma velha aspiração nacional e reduzia o cunho claramente regional do convênio, cujo êxito estava condicionado ao apoio da União às necessárias operações financeiras internacionais.

A política de valorização, contudo, não foi adotada imediatamente pelo governo federal, em grande parte pela oposição pública de Lord Rothschild, receoso de que, caso a política fosse seguida, o Brasil não estaria em condições de cumprir com as obrigações assumidas em 1898 no *funding loan*¹. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, os governos dos estados foram beneficiados pela autonomia concedida pela Constituição de 1889, o que permitiu ao governo de São Paulo a aplicação da política definida no Convênio de Taubaté através de empréstimos obtidos junto a bancos internacionais, que aproveitaram a oportunidade de entrar no Brasil, país que até então era cliente exclusivo da casa Rothschild (SILVA, 1976).

O esquema de valorização foi praticado por outros estados cafeicultores, liderados por São Paulo, sem o apoio da União. Após a obtenção de crédito internacional, contudo, não restou alternativa ao governo federal a não ser chamar a si a responsabilidade maior pela execução da tarefa, sob pena de perder o controle sobre a política econômica nacional. Furtado (2007) afirma que, embora o plano de defesa elaborado pelos cafeicultores tivesse sido bem concebido, um lado do problema permanecia sem solução, pois a manutenção dos preços mantinha os lucros elevados e, conseqüentemente, fazia com que o café seguisse sendo um investimento atrativo, tornando a oferta cada vez maior. O autor aponta que, dada a situação, “o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo

1 O governo republicano herdou do Império uma dívida externa que consumia anualmente parte considerável do saldo da balança comercial brasileira. A situação agravou-se na década de 1890, com o aumento do deficit público. Fausto (2010) observa que, nesse período, boa parte das despesas públicas estavam relacionadas a gastos com operações militares; dessa forma, o governo passou a recorrer com frequência a empréstimos estrangeiros para cobrir seu passivo. Entretanto, no fim do governo de Prudente de Moraes, tornou-se claro que não seria possível continuar o serviço da dívida e, em 1898, já no governo de Campos Sales, foi acertado o *funding loan*. O autor esclarece que *funding loan* significa um empréstimo de consolidação de uma dívida e que, na prática, representava “um esquema para dar folga e garantir através de um novo empréstimo o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores” (FAUSTO, 2010, p. 260).

de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave” (FURTADO, 2007, p. 256).

Ainda que o plano de defesa dos cafeicultores tenha funcionado com relativa eficiência por quase três décadas, a Grande Depressão, que teve início em 29 de outubro de 1929 com o *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque, tornou a situação insustentável.

2.2 DEFESA DO CAFÉ E O DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO: A TESE DE CELSO FURTADO

A Grande Depressão (1929-1933) foi o período histórico de maior redução do nível de atividade em praticamente todos os países, com exceção da União Soviética. No Brasil, principal produtor mundial de café, as consequências da crise foram graves, uma vez que o capital obtido da cafeicultura era reinvestido na produção de mais café, dando origem ao problema de superprodução anteriormente descrito. Tem-se, portanto, que a demanda pelo produto havia chegado ao seu limite, enquanto a produção brasileira de café seguia aumentando (LACERDA et al., 2000).

As políticas de defesa do café lograram êxito em reduzir as perdas de receitas dos cafeicultores até os anos 1930. No entanto, desde o Convênio de Taubaté, em 1906, ficou evidente que o mecanismo cambial – depreciação da moeda nacional nos momentos de queda dos preços de exportação – tinha seus limites, de maneira que os métodos de defesa do café precisaram ser aprimorados. A compra dos excedentes de produção buscou preservar a renda dos cafeicultores e impedir uma queda ainda maior dos preços, através da redução da oferta exportável. Todavia, para ser eficiente, a política de valorização do café deveria ter desenvolvido mecanismos que impedissem o aumento contínuo da produção, o que não ocorreu, uma vez que a defesa do nível de preços, além de incentivar a produção interna, também constituiu um extraordinário estímulo para os concorrentes externos (DELFIM NETTO, 2009).

Até 1930, o produto, a renda e o emprego eram definidos fundamentalmente pelo nível das exportações; dessa forma, acreditava-se que o mercado interno não era capaz de sustentar seu crescimento de forma autônoma. Após 1929, entretanto, diferentes fatores inviabilizaram a continuidade da política de defesa do café: por um lado, houve uma sequência de safras elevadas, o que acarretou o aumento dos estoques, bem como a necessidade de financiá-los; por outro, a crise mundial decorrente da quebra da Bolsa de Nova Iorque causou um grande

impacto no mercado, inviabilizando a obtenção de empréstimos externos (GREMAUD; SAES; TONETO JÚNIOR, 1997).

Não obstante, a produção de café seguia crescendo, tendo atingido sua produção máxima em 1933, no ponto mais baixo da Grande Depressão, consequência das numerosas plantações de 1927-28. Diante da crise mundial, não era possível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques – política de defesa do café praticada até então –, uma vez que o mercado internacional de capitais estava em profunda depressão e que as reservas metálicas do Brasil – acumuladas à custa de empréstimos externos – haviam sido esgotadas pela fuga de capitais do país. Considerando a situação apresentada, restava decidir o que fazer com os cafezais (FURTADO, 2007).

Furtado (2007) afirma que, à primeira vista, a solução mais racional seria abandoná-los; no entanto, sendo colhido ou não o café, existiria uma perda. A burguesia cafeeira já havia conseguido, através de diversos mecanismos na economia, “socializar” as perdas decorrentes das quedas cíclicas anteriores². A defesa do café pela taxa cambial, contudo, não era mais possível, pelas razões acima explicitadas. Dessa forma, a solução encontrada foi a retenção dos estoques invendáveis de café brasileiro, a fim de evitar a pressão que estes exerciam sobre o mercado, reduzindo ainda mais os preços. A aquisição desses estoques, entretanto, não seria mais feita à custa de empréstimos internacionais, mas financiada por expansão de crédito³.

O governo federal assumiu novamente a política de defesa do café comprando o excedente de café produzido. Apenas retirar o café do mercado, no entanto, não era suficiente, uma vez que, pelo menos por um período considerável de tempo, não havia possibilidade de que o excedente fosse vendido. Ademais, não havia previsão de queda na produção, o que tornou a queima dos excedentes das colheitas a opção mais viável, embora parecesse, à primeira vista, absurda. Furtado (2007) aponta que, para que o produtor fosse induzido a não colher, o preço do café teria que baixar muito mais, o que o Brasil tentava a todo custo evitar. A partir da destruição dos estoques excedentes, foi possível obter o equilíbrio entre a oferta e a demanda em um nível mais elevado de preços.

Fonseca (2009) adverte que, além da superprodução do café, havia a queda violenta da demanda em termos de preços e de quantidades, o que agravava o déficit do balanço de

2 Fonseca (2009, p. 878) observa que as intervenções do governo eram financiadas por empréstimos obtidos no exterior, o que agravava o estoque da dívida externa e que, “via aumento da oferta de moeda, representava maior inflação interna, transferindo ao conjunto da sociedade pelo menos parte do custo do ajuste”. O autor sustenta que essa “socialização dos prejuízos” é uma das marcas da análise de Furtado e um dos recursos retóricos mais fortes utilizados por este para expressar o caráter perverso do modelo agroexportador.

3 Peláez (1972) critica duramente o argumento de que a defesa do café foi financiada por expansão de crédito, defendendo que a sustentação do café foi custeada, principalmente, pelos impostos de exportação.

pagamentos, e a dificuldade de acesso a capitais e empréstimos externos para financiar o déficit em conta-corrente. A solução encontrada foi a expansão da oferta monetária, especialmente devido à contração da arrecadação de impostos – consequência da crise –, bem como a tradicional desvalorização cambial. As medidas mencionadas tiveram como resultado a alteração dos preços relativos em favor da produção doméstica e, ao tornarem as importações mais caras, fomentaram um mercado interno à indústria nacional, “criando condições propícias ao crescimento industrial com base na substituição de importações” (FONSECA, 2009, p. 878).

Antes da crise, a acumulação de estoques de café era feita a partir da contração de dívidas no exterior. Dessa forma, não existia nenhuma inversão líquida, uma vez que o que se invertia no país, sob o acúmulo de estoque, retornava ao exterior com a tomada de empréstimos. Furtado (2007) compara a acumulação de café financiada no exterior com uma exportação, pois seria como se o café estocado no Brasil tivesse sido comprado por firmas estrangeiras que, por qualquer motivo, teriam decidido adiar o transporte da mercadoria para fora do país. Contudo, a situação era diferente quando a acumulação de estoques era financiada de dentro do país, a partir de uma expansão de crédito. O autor esclarece que a aquisição de café para ser acumulado representava uma criação de renda que era adicionada à renda gerada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas. Dessa forma, quando foram injetados 1 bilhão de cruzeiros na economia, em 1931, para a compra de café e sua posterior destruição, estava-se gerando um poder de compra que, em parte, compensaria a contração dos gastos dos inversionistas, os quais haviam sido reduzidos em 2 milhões de cruzeiros. O analista argumenta que, com essa prática, evitava-se uma queda mais brusca da procura naqueles setores que dependiam indiretamente da renda gerada pelas exportações.

Furtado (2007) sustenta que a principal diferença entre a inversão líquida e a acumulação de estoques invendáveis era que, enquanto a primeira criava capacidade produtiva, a segunda não o fazia. Contudo, o autor afirma que esse aspecto do problema tem importância secundária em épocas de depressão, que se caracterizam pela “subocupação da capacidade produtiva já existente” (FURTADO, 2007, p. 273). Por esse motivo, Furtado defende que, nessas fases, é muito mais importante criar procura efetiva, a fim de impulsionar a utilização da capacidade produtiva ociosa, do que aumentar essa capacidade produtiva.

Verifica-se que a política de defesa do setor cafeeiro permitiu a manutenção da procura efetiva e do nível de emprego em outros setores da economia. Diante desse cenário, resta investigar o impacto dessa política no fomento à industrialização. O autor alega que, durante os anos da Grande Depressão, as divisas obtidas com as exportações não eram suficientes para

sequer cobrir as importações induzidas pela renda gerada direta e indiretamente por aquelas mesmas exportações, tendo em vista que “as partidas rígidas da balança de pagamentos constituíam, agora, com baixa de preços, uma carga muito maior, e a fuga de capitais agravava a situação cambial” (FURTADO, 2007).

Tem-se que a política de fomento de renda – produto da defesa dos interesses cafeeiros – era responsável por um desequilíbrio externo cuja tendência era aprofundar-se; a correção desse desequilíbrio era feita à custa de forte redução do poder aquisitivo externo da moeda, que implicava o aumento dos preços de produtos importados. Furtado (2007) explica que um dado coeficiente de importações refletiria uma determinada situação de equilíbrio entre preços internos e externos. No entanto, com a brusca queda do poder aquisitivo externo da moeda, o nível dos preços externos teria que se elevar relativamente ao dos preços internos, o que acarretaria a redução do coeficiente de importações. O autor esclarece que a renda que deveria ser gasta no exterior em importações, e que ficava retida dentro do Brasil pelo mecanismo corretor da baixa do coeficiente de importações pressionava os produtores internos. Dessa forma, durante os anos 1930, dois fatores contribuíam para a redução da procura pelas exportações: a contração das rendas monetária e real e o aumento dos preços relativos das mercadorias importadas.

Furtado (2007) afirma que, nessas circunstâncias, percebe-se a importância crescente que a procura interna vai adquirindo como elemento dinâmico da economia durante os anos da Grande Depressão. O autor observa que “ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador” (FURTADO, 2007, p. 277). Como consequência, o autor observa que se criou uma situação praticamente nova na economia brasileira, qual seja, a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A situação de crise enfrentada pelo setor cafeeiro afugentava capitais, que em parte foram absorvidos pela própria agricultura de exportação, como é o caso do algodão⁴.

Para Furtado (2007), não restam dúvidas de que, nos anos seguintes à crise, o fator dinâmico principal da economia brasileira passou a ser o mercado interno. O autor corrobora essa afirmação a partir de dados da produção industrial nacional – destinada totalmente ao mercado doméstico –, que, durante a Grande Depressão, sofreu uma queda de menos de dez

4 Peláez (1972) critica a tese de Furtado, segundo a qual a industrialização foi decorrente da transferência dos recursos líquidos e reais do setor de exportação cafeeiro para as atividades industriais, alegando ser legítimo concluir que houve uma transferência de recursos reais, como terra, mão de obra e capital, do cultivo do café para o do algodão. No entanto, é importante observar que o próprio Furtado reconhece que parte do capital do setor cafeeiro foi transferido para a produção de algodão.

por cento, recuperando, em 1933, o nível de 1929. Furtado (2007, p. 278) aduz ser evidente que “mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade”. Esse aumento da taxa de rentabilidade ocorreu simultaneamente com a redução dos lucros no setor ligado ao mercado externo, o que, para o autor, explica a preocupação em desviar capitais de um setor para o outro. Além do impulso originado pelos maiores lucros, as atividades ligadas ao mercado interno também puderam crescer graças ao estímulo gerado pelo desvio de capitais do setor de exportação.

Furtado (2007) alega que, embora não fosse possível para o setor ligado ao mercado interno ampliar sua capacidade produtiva, especialmente no campo industrial, em razão do aumento dos preços das importações causado pela depreciação da moeda, a primeira parte da expansão da produção provavelmente deveria ter sido feita a partir do aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. O autor utiliza como exemplo a indústria têxtil, cuja produção foi elevada substancialmente nos anos posteriores à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sofrido aumento⁵. Furtado (2007) observa que esse aproveitamento mais intensivo da capacidade já instalada permitia uma maior rentabilidade para o capital aplicado, gerando os recursos necessários, dentro da própria indústria, para sua posterior expansão. O autor também destaca a possibilidade que se apresentou de adquirir, no exterior, equipamentos de segunda mão, e afirma que algumas das indústrias de maior expressividade instaladas no Brasil durante a Grande Depressão puderam estabelecer-se graças a esses equipamentos baratos importados de fábricas que, atingidas pela crise industrial em seus países de origem, viram-se obrigadas a encerrar suas atividades.

5 Importante destacar que Furtado faz menção à indústria já instalada no país, uma vez que o autor foi alvo de críticas por, supostamente, não fornecer maiores explicações acerca das origens da industrialização no Brasil. Szmrecsányi (2001) cita como exemplo um artigo do final da década de 1970 em que José de Souza Martins diz-se surpreendido pela ausência de um capítulo ou seção sobre as origens da indústria no Brasil em *Formação Econômica do Brasil*, especialmente, acerca das relações da indústria nascente com a economia de outros produtos primários de exportação. Saes (1989) também afirma que Furtado não faz referência às origens da indústria no Brasil, interessando-se pelo setor manufatureiro somente quando se processa o deslocamento do centro dinâmico da economia nos anos 1930. Szmrecsányi (2001) refuta os argumentos dos referidos autores alegando que, em uma das últimas páginas de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2007) afirma que o processo de industrialização iniciou-se no Brasil simultaneamente em todas as regiões. Após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas instalaram-se no Nordeste e, ainda em 1910, o número de operários têxteis nordestinos assemelhava-se ao número de trabalhadores têxteis em São Paulo. Furtado observa que, uma vez superada a fase de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a se concentrar em São Paulo, tendo a etapa decisiva de concentração ocorrido, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que se deu a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. Szmrecsányi (2001) também analisa trabalhos anteriores e posteriores a *Formação Econômica do Brasil* para desmentir o presumido desinteresse de Furtado pelas origens da industrialização brasileira.

O autor aponta que o crescimento da procura por bens de capital, consequência da expansão da produção para o mercado doméstico, e a forte alta dos preços de importação desses bens criaram condições propícias à instalação de uma indústria de bens de capital no Brasil. Furtado (2007) afirma que esse tipo de indústria encontra sérias dificuldades para se instalar em uma economia dependente, uma vez que, nos países de economia desse tipo, a procura de bens de capital coincide com a expansão das exportações – fator principal do aumento de renda – e, conseqüentemente, com a euforia cambial. Pelo tamanho do mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas justamente nesse tipo de indústria. O autor sustenta que “somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro do reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente” (FURTADO, 2007, p. 279).

Entretanto, a situação do Brasil foi atípica, uma vez que a procura por bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis. Furtado (2007) sustenta que a produção de bens de capital no Brasil – medida pela produção de ferro, aço e cimento – pouco sofreu com a crise, retomando o crescimento em 1931⁶. O autor alega que, em 1932, ano mais baixo da Grande Depressão no Brasil, a produção de bens de capital já havia aumentado 60% em relação a 1929; no mesmo período, as importações de bens de capital caíram a pouco mais da quinta parte. Furtado afirma ser de enorme importância o fato de que, em 1935, as inversões líquidas – medidas a preços constantes – tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam atingido cinquenta por cento do nível deste último ano. Para o autor, em vista disso, é evidente que a economia “não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva” (FURTADO, 2007, p. 280).

Furtado (2007) observa que a capacidade para importar não se recuperou nos anos 1930; em 1937, ela ainda estava consideravelmente abaixo do nível de 1929. A renda gerada pelas exportações havia decrescido em termos reais; embora a quantidade de exportações tivesse aumentado, o poder aquisitivo da unidade de exportação em relação à unidade de importação havia caído pela metade, o que demonstra que a renda originada pelas exportações

6 Peláez (1972) alega que, segundo o argumento de Furtado, a indústria de cimento foi estabelecida na década de 1930 como resultado da transferência direta de capital do setor cafeeiro. Contudo, a partir desse trecho, depreende-se que Furtado admitia a existência da indústria de cimento antes de 1930. Essa crítica de Peláez foi refutada posteriormente por Versiani (1974).

era muito inferior. O autor utiliza esses dados para concluir que, se a economia brasileira tivesse reagido de forma passiva aos estímulos externos, a crise enfrentada não só teria sido mais profunda, como também não teria sido possível a recuperação da economia ainda na década de 1930.

Não obstante, a recuperação veio rápida, e, segundo Furtado (2007), comparativamente forte. Entre 1929 e 1937, a produção industrial aumentou em cerca de cinquenta por cento, já a produção primária para o mercado doméstico cresceu mais de quarenta por cento no mesmo período. Portanto, apesar da Grande Depressão, a renda nacional aumentou vinte por cento entre 1929 e 1937, o que representa um acréscimo *per capita* de sete por cento, o que o autor sustenta não ser desprezível, considerando que, no mesmo período, a renda per capita decresceu sensivelmente nos Estados Unidos. Os países com estrutura econômica semelhante à brasileira, os quais seguiram uma política muito mais ortodoxa durante a crise – e, por conseguinte, mais dependentes do impulso externo para se recuperar –, chegaram ao ano de 1937 com suas economias ainda em estado de depressão (FURTADO, 2007).

O autor constata que o fenômeno ocorrido na economia brasileira nos anos 1930 foi extremamente significativo, uma vez que, em economias especializadas na exportação de matérias-primas, a redução do impulso externo implica a contração da renda monetária e, conseqüentemente, o desemprego ou a subutilização da capacidade no setor ligar ao mercado interno. No Brasil, contudo, foi possível subverter a ação dos mecanismos acima referidos. Dessa forma, ao se indagar como a procura interna não entrou em colapso com a contração da procura externa, Furtado (2007, p. 282) conclui: “esses resultados, de grande significação para o futuro imediato da economia brasileira, são um reflexo das dimensões catastróficas da crise do café e da amplitude com que foram defendidos, conscientemente ou não, os interesses da economia cafeeira”.

Com efeito, a política de defesa do café permitiu que a produção cafeeira seguisse expandindo-se após a crise, mantendo a renda monetária do setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento repentino das importações, fruto da depreciação cambial, à existência de capacidade ociosa em algumas indústrias já existentes no mercado interno, bem como de um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, justifica a rápida ascensão da produção industrial, que se torna o fator dinâmico principal no processo de criação de renda. Em outras palavras, a manutenção da renda monetária em um nível relativamente elevado, ao passo que a capacidade para importar era bruscamente reduzida, fez com que os preços relativos dos artigos importados subissem significativamente, de forma a restabelecer o

equilíbrio entre a procura e a oferta de divisas para pagar as importações. Foi estabelecido um novo nível de preços relativos para os produtos importados e os produzidos internamente e, com base nesse novo nível, desenvolveram-se as indústrias substituidoras de importações (FURTADO, 2007).

2.3 A POLÍTICA ANTICÍCLICA DE DEFESA DO CAFÉ: A QUESTÃO DA INTENCIONALIDADE

De acordo com a interpretação de Furtado (2007), os anos 1930 representaram um ponto de inflexão na economia brasileira. No capítulo 31 de *Formação Econômica do Brasil*, que aborda os mecanismos de defesa e a crise de 1929, Furtado (2007, p. 272) afirma que “praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados”. O autor segue sua tese afirmando ser perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, manifestada a partir de 1933, “não se deve a nenhum fator externo, e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (FURTADO, 2007, p. 272-273).

A ideia de Furtado de que a recuperação econômica e de que a mudança do eixo principal da economia brasileira para indústria e para o mercado interno não foram intencionais – e sim “reflexo imediato” da crise do café e “subproduto” dos interesses deste setor – não está presente apenas em *Formação Econômica do Brasil*, mas também em outras obras do autor, como *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, e *Formação Econômica da América Latina*, de 1969 (FONSECA, 2003).

Fonseca (2003) destaca que, em *Formação Econômica do Brasil*, há apenas uma passagem na qual transparece a dúvida acerca da consciência da política econômica a partir de 1930, porém em relação à economia do café, e não a respeito do setor industrial, quando Furtado (2007, p. 282) afirma: “esses resultados, de grande significação para o futuro imediato da economia brasileira, são um reflexo imediato das dimensões catastróficas da crise do café e da amplitude com que foram defendidos, conscientemente ou não, os interesses da economia cafeeira”.

Ao estudarem as políticas monetária, cambial e fiscal desse período, os analistas geralmente têm oscilado entre duas posições opostas: a primeira entende que o governo era industrializante – e não ortodoxo – em termos de política econômica, o que corresponderia à

visão de Furtado; a segunda, por sua vez, julga o governo da época conservador e adepto das teorias clássicas do *laissez-faire*, posição comum entre os críticos do autor de *Formação Econômica do Brasil* (FONSECA, 2003). A primeira concepção, segundo o analista, supõe um nível de consciência que merece ser estudado e qualificado.

Nessas circunstâncias, Fonseca (1986) afirma que, para buscar o sentido da atuação do governo nos anos 1930 e do conjunto de transformações consequentes ou não de suas ações, o estudo deve estender-se a questões de maior alcance, inclusive no plano institucional. Embora as políticas instrumentais – monetária, cambial e fiscal – nem sempre sejam capazes de evidenciar intencionalidade, o mesmo não ocorre com instituições criadas, extintas ou modificadas⁷ (FONSECA, 2003).

Conforme já exposto, a questão da intencionalidade da política industrializante adotada no Brasil a partir da crise dos anos 1930 não é foco da análise de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*. Fonseca (2003, p. 134) pressupõe que, talvez por priorizar sua análise nas políticas instrumentais, Furtado tenha percebido o crescimento da indústria nacional como “consequência não intencional da política de valorização do café e de manutenção da renda nominal do setor”.

O estudo mais importante que se contrapõe à ideia de Furtado (2007) é o de Fonseca no renomado artigo *Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930*, de 2003, no qual o autor defende a existência de consciência e intencionalidade nas políticas adotadas pelo governo brasileiro a partir de 1930. Antes de se adentrar na análise elaborada por Fonseca (2003), é válido observar que a hipótese defendida pelo autor parece ser compartilhada por Boris Fausto (2010) quando este distingue o Estado brasileiro que emerge após a Revolução de 1930 do Estado oligárquico. Fausto (2010, p. 327) afirma que o Estado comandado por Getúlio Vargas a partir dos anos 1930 destacou-se pela atuação econômica “voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização”.

Primeiramente, Fonseca (2003) parte do pressuposto de que a tese de Furtado sobre o deslocamento do centro dinâmico da economia em favor do mercado interno e da indústria na década de 1930 esteja correta, caso contrário, não faria sentido investigar a intencionalidade

7 Segundo Conceição (2002), as diferentes abordagens institucionalistas distinguem-se fundamentalmente pelo próprio conceito de instituição. Enquanto a “velha” tradição define instituições como o conjunto de valores, normas, costumes e padrões socialmente apreendidos e compartilhados, os quais delinham o rol de comportamentos esperados e aceitos em um contexto particular, a Nova Economia Institucional utiliza uma definição mais próxima à Teoria dos Jogos. Há ainda uma terceira definição, de natureza mais histórica, que associa instituições a fatos mais concretos, como, por exemplo, o tipo de pesquisa nas universidades, o sistema financeiro, o tipo de moeda, o sistema jurídico, entre outros. Fonseca (2003) afirma que, embora as três definições não sejam incompatíveis, a terceira possui a vantagem de trazer consigo o caráter da historicidade, sendo a mais adequada para o estudo em questão.

da política pró-indústria do referido período. O autor sustenta, em contraste com o posicionamento de Furtado (2007), que o governo brasileiro na década de 1930 buscava conscientemente a industrialização, considerando-a uma alternativa a ser construída para a economia do país. Fonseca (2003) pondera que isso não significa dizer que a mencionada consciência já estivesse plenamente configurada logo após a Revolução de 1930, uma vez que ela foi fortalecendo-se durante a década. No entanto, o autor defende que, já nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, encontram-se evidências nesse sentido.

Em relação a esse indícios, Fonseca (2003, p. 140) afirma:

Chama-se atenção, neste aspecto, para as instituições criadas e alteradas na década de 1930 pelo governo, em atitudes que de forma alguma podem ser entendidas como decorrência linear da política de valorização do café, ou cuja implementação tenha se verificado sem intenção deliberada de defender e promover o crescimento industrial.

Importante salientar, contudo, que a política governamental em defesa da indústria contou com o trabalho dos próprios industriais da época para sua consecução e fortalecimento, os quais possuíam relativa organização em órgãos associativos, capazes de pressionar o governo a adotar medidas e, inclusive, a voltar atrás em decisões já tomadas. Conforme já exposto, dentre os argumentos utilizados para corroborar sua tese sobre a existência de intencionalidade na industrialização, Fonseca (2003) cita as instituições criadas e modificadas à época.

Como exemplos de leis e tratados, o autor menciona: o Decreto nº 19.739 de 1931, que proibia a importação de equipamentos e máquinas para certos segmentos da indústria; a reforma tributária de 1934; e o tratado de comércio com os Estados Unidos assinado em 1935, que concedeu vantagens a alguns produtos de exportação brasileiros com a contrapartida de uma redução de 20% a 60% na importação de bens de capital norte-americanos. Os discursos de Vargas, os órgãos criados durante o seu governo – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Departamento Nacional do Trabalho e Instituto do Açúcar e do Alcool (1933); Conselho Federal do Comércio Exterior, Plano Geral de Viação Nacional e Comissão de Similares (1934); e o Conselho Técnico de Economia e Finanças de 1937 – e as políticas adotadas durante os anos 1930 de modo a proteger e estimular o desenvolvimento da indústria nacional⁸ também são claros indícios da intencionalidade alegada por Fonseca (2003).

⁸ Criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937, que, segundo Fonseca (2003, p. 142), “marca a institucionalização de um órgão voltado especificamente à concessão de crédito para criação de novas indústrias e expansão das já existentes, concedendo empréstimos em prazos até dez anos” e “não deixa de ser um embrião de uma nova relação entre o Estado e o empresariado industrial, já que institucionaliza o crédito em uma carteira específica”. Também é citada a política do governo em relação

Fonseca (2003, p. 147) conclui que, ao se centrar nas políticas econômicas instrumentais, Furtado (2007) deixou de explorar a ação estatal em um sentido mais amplo, o que abrange a criação e/ou alteração de leis códigos, órgãos, ministérios, regulamentação de relações e propriedade, em suma, toda uma rede que pressupõe “regras, normas e comportamentos que passaram a caracterizar toda uma época, enfim, *instituições* que revelam a consciência e a intencionalidade do governo de direcionar a economia para o mercado interno, sob a liderança do setor industrial”. Dessa forma, confirma o autor que, através de uma metodologia em que essas variáveis institucionais são incorporadas, associada à análise do discurso oficial, “pode-se detectar evidências empíricas suficientes para se considerar a hipótese da consciência e da intencionalidade muito mais aceitável para interpretar as ações e atitudes do governo brasileiro naquela década” (FONSECA, 2003, p. 147).

Villela e Suzigan (1973), em consonância com o posicionamento de Furtado, afirmam que, até 1945, não houve no Brasil uma política com um conjunto coordenado de medidas capazes de incentivar o desenvolvimento industrial. De fato, para os autores, a industrialização nunca foi o objetivo básico da política econômica do governo; de maneira oposta, “a defesa dos interesses do café e a implementação de políticas de contenção frequentemente contribuíram para inibir o desenvolvimento industrial a longo prazo” (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 08). Contudo, nem sempre essas políticas eram levadas a termo e, algumas vezes, elas até beneficiavam a produção interna, como a proteção decorrente das desvalorizações.

No entanto, em uma aparente contradição, os autores referem que, apenas nos anos 1930, passou a haver “uma maior preocupação da política econômica com o problema da industrialização” (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 79). Os analistas sustentam que a crise do café e o surto industrial que se verificavam nesse período despertaram a atenção do governo para a industrialização como alternativa para o crescimento econômico. Villela e Suzigan (1973, p. 79) acrescentam, ainda, que data dessa época a criação das “primeiras instituições governamentais ligadas à orientação e promoção do crescimento industrial e do seu financiamento”.

Dentre as instituições referidas, os autores destacam a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, que veio a ser o órgão encarregado da política industrial em função das inter-relações com o comércio exterior; a fundação da Carteira de Crédito Agrícola

aos trabalhadores, pois, nessa área, ocorreram as mudanças institucionais mais significativas, as quais “evidenciam claramente seus vínculos com um projeto de industrialização, um rompimento com a visão de mundo agrarista até então dominante, fazendo emergir novas crenças, valores, símbolos e padrões de comportamento” (FONSECA, 2003, p. 146).

e Industrial do Banco do Brasil em 1937, que permitiu o financiamento da implementação de novas indústrias básicas; e a própria política monetária, que, pressionada pelo crescimento industrial, flexibilizou-se com a criação da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, em 1932, e com a nova regulamentação da Carteira de Redescontos do mesmo banco, em 1935, que facilitou o acesso ao redesconto dos títulos industriais e comerciais. Na sequência, Villela e Suzigan (1973) assinalam que parece ter sido a política econômica que se adaptou ao crescimento industrial dos anos 1930, o qual afirmam ter sido propiciado, no início, pela política cambial, cujo objetivo principal era o equilíbrio do balanço de pagamentos. Os autores sustentam que é muito provável que a omissão da política econômica tenha, na realidade, atrasado o desenvolvimento industrial do Brasil na década de 1930.

Por fim, os pesquisadores reconhecem que o desenvolvimento industrial brasileiro anterior a 1945 foi “bastante limitado por falta de uma política adequada de promoção da industrialização” e constatam que a defesa do café, além de contribuir para uma má alocação de recursos na economia, “absorveu por muito tempo, juntamente com as políticas de estabilidade monetária e cambial, e equilíbrio orçamentário, as preocupações da política econômica” (VILLELA; SUZIGAN, p. 87-88). Villela e Suzigan (1973, p. 88) então concluem que “a relativa diversificação da atividade econômica e o desenvolvimento industrial foram alcançados *apesar* dessas políticas”.

Peláez (1971), ao investigar as causas do atraso da indústria brasileira, afirma que este pode ser explicado a partir de dois fatores interdependentes e relacionados com a política do governo. O primeiro foi a proteção do setor cafeeiro em detrimento das demais atividades; já o segundo refere-se às políticas monetária, cambial e fiscal, bem como às bases institucionais, as quais foram, segundo o autor, contrárias à industrialização. O autor refere que, de 1894 a 1945, o Brasil foi administrado como um banco comercial. Peláez (1971, p. 81) sustenta que “a ortodoxia monetária atrasou a industrialização no Brasil e, assim, o progresso econômico e social”; o analista afirma, ainda, que o país “não tinha instituições financeiras e monetárias que favorecessem à industrialização, em grande parte devido à implementação das políticas ortodoxas”.

A afirmação de Peláez (1971) parece ser válida para o período anterior à Grande Depressão, embora existam autores que sustentem a importância das políticas estatais para o desenvolvimento da industrialização brasileira ainda durante a Primeira República, como Topik (1987) e Versiani e Versiani (1977). No entanto, diante das evidências apresentadas por Fonseca (2003), é legítimo supor que houve, de fato, uma intencionalidade nas políticas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas a partir de 1930, ano que constitui um marco na

história da economia do país, independentemente da posição defendida sobre as origens de sua industrialização.

3 A INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES

3.1 DEFESA DO SETOR CAFEEIRO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A ANTÍTESE DE PELÁEZ

Carlos Manuel Peláez dedicou-se à organização de informações empíricas com o objetivo de elaborar uma crítica à teoria desenvolvida por Celso Furtado e pelos membros da CEPAL, a qual denominou de “teoria dos choques adversos”. Seus principais argumentos eram o de que a política de defesa do café não havia sido feita pela expansão de crédito – e sim através de um vultoso empréstimo externo e, posteriormente, de impostos sobre a venda do café – e de que a recuperação da economia brasileira, na década de 1930, não se deveu ao mercado interno, mas ao setor externo (SAES, 1989).

No seu artigo de 1968, Peláez sintetiza a tese de Celso Furtado em dois argumentos: o da recuperação e o da transferência. O primeiro refere-se à recuperação econômica do Brasil após a Grande Depressão, graças à compra dos excedentes de café, posteriormente incinerados, através de uma expansão do crédito. Essa política de proteção do café, para Furtado, constituiu um autêntico programa de expansão da renda nacional, sendo possível afirmar que a recuperação da economia brasileira, ocorrida de 1935 em diante, não teve por causa nenhum fator externo. O segundo argumento – da transferência – sugere que a política de manutenção dos preços do café ampliou a demanda agregada em todos os setores, pois a restrição das importações adotada a partir da Grande Depressão manteve os preços dos artigos industriais num nível relativamente alto, fazendo com que a lucratividade dos investimentos no setor urbano aumentasse em comparação com o agrícola. Dessa forma, a maior rentabilidade relativa dos investimentos industriais transferiu os recursos reais do setor agrícola para o urbano. Logo, a manutenção da demanda agregada criou o mercado para a indústria nacional, ao mesmo tempo em que a transferência de recursos forneceu-lhe capital para tanto (PELÁEZ, 1968). Os dois argumentos de Furtado seriam detalhadamente analisados – e refutados – quatro anos depois pelo autor.

Em 1972, Carlos Manuel Peláez publicou *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, cujo objetivo era apresentar uma reinterpretação dos estágios iniciais da industrialização brasileira a partir das questões fundamentais que surgem da tese estruturalista, as quais o autor definiu como: a) a especificação da fonte real de fluxos financeiros para o programa de sustentação do café; b) a verdadeira formulação da política fiscal governamental na década de 1930; c) a reconstrução dos efeitos sobre o emprego das

políticas comerciais brasileiras adotadas na Grande Depressão; d) a argumentação estruturalista sobre a manutenção da renda monetária do setor cafeeiro; e) a mensuração da formação de capital no Brasil, a fim de verificar se houve ou não plena recuperação da economia brasileira durante a década de 1930; f) a reconstrução dos aspectos microeconômicos cruciais da sustentação do café; g) a mensuração das transferências de recursos para outros setores; h) o impacto potencial do reajustamento econômico sobre os níveis de renda e transferência de recursos; e, por fim, i) a reconstrução dos fatores mais importantes do desenvolvimento das indústrias básicas do Brasil (PELÁEZ, 1972).

Após expor a tese de Furtado, Peláez (1972) aponta as distorções nos fatos contidas na análise elaborada em *Formação Econômica do Brasil*. Primeiramente, o autor defende que o programa de sustentação do café não foi financiado por emissões de moeda, como afirmou Furtado, mas por novos impostos, além de argumentar que, embora as autoridades tenham concedido créditos ao plano de sustentação do café, esses créditos foram apenas uma pequena parcela do financiamento do programa.

Quando eclodiu a crise em outubro de 1929, as reservas cambiais brasileiras rapidamente esvaíram-se e o Estado de São Paulo viu-se em uma delicada posição, uma vez que a situação dos bancos e as condições financeiras dos cafeicultores eram críticas. A emissão de moeda para a compra dos estoques cafeeiros, entretanto, foi firmemente rejeitada pelo então presidente do Brasil, Washington Luís. O programa de sustentação do café foi abandonado e a principal preocupação do governo passou a ser a estabilização monetária e cambial. O Estado de São Paulo recorreu, então, à Schroeder & Co. para a elaboração de um plano que pudesse tirar o setor cafeeiro da crise, que consistiu no Empréstimo para a Conversão do Café, assinado em 30 de abril de 1930, pelo qual o Estado de São Paulo contraiu uma dívida de 20 milhões de libras esterlinas com os seguintes bancos: Schroeder & Co., Baring Bros., Rothschilds Sons e Speyer & Co. Não obstante, o empréstimo foi mal administrado e a opinião generalizada no Brasil à época era de que o serviço do mútuo onerava demasiadamente a situação econômica do país. Uma das últimas medidas do governo constitucional para tentar melhorar a situação cafeeira foi a elaboração de uma lei que proibia a venda e a exportação de café brasileiro de qualidade inferior (PELÁEZ, 1972).

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo, que se tornou conhecido como Governo Provisório. Em 11 de fevereiro do ano seguinte, foram legisladas as novas políticas cafeeiras aprovadas na reunião de dezembro de 1930 para solucionar a crise no setor, as quais incluíam a aquisição de todos os estoques de café existentes no Brasil a 30 de junho de 1931 – exceto os destinados ao Empréstimo para a Conversão do Café, de

propriedade do Estado de São Paulo –, o estabelecimento do imposto em espécie de 20% para todo o café exportado do Brasil e a instituição do imposto proibitivo por cada novo cafeeiro plantado, a fim de reduzir a futura produção brasileira aos níveis do consumo mundial (PELÁEZ, 1972).

Contudo, o imposto estabelecido em fevereiro ainda não havia entrado em vigor quando o setor cafeeiro enfrentou sua crise mais séria, em abril de 1931. Após a declaração de emergência pelo Estado de São Paulo, os estados produtores de café reuniram-se e, em 24 de abril de 1931, assinaram um convênio, cuja cláusula principal foi o estabelecimento de um imposto de dez xelins, pago em moeda estrangeira, que deveria incidir sobre cada saca de café exportada do Brasil. O tributo seria arrecadado por quatro anos e destinar-se-ia à compra de estoques cafeeiros, com o fim de igualar a demanda à oferta do mercado de café. Peláez (1972) destaca que, provavelmente, o aspecto mais importante do referido convênio tenha sido o estabelecimento, por quatro anos, de um Conselho dos Estados Cafeeiros, ao qual caberia a arrecadação dos impostos e a destruição do café. O convênio foi elevado à categoria de lei estatal por São Paulo em 27 de abril de 1931, dando início ao que o autor denominou de “o maior programa de sustentação do café na história brasileira” (PELÁEZ, 1972, p. 43).

Tendo em vista que o problema da superprodução era um fator decisivo nas atividades econômicas do Brasil, a transferência da responsabilidade para o governo federal era desejável para a implantação das políticas cafeeiras. Nesse contexto, em 16 maio de 1931, criou-se o Conselho Nacional do Café (CNC), que dirigiria o programa federal de sustentação do café e administraria a taxa de dez xelins por saca estabelecida pelo Conselho dos Estados Cafeeiros em abril do mesmo ano. No entanto, o convênio definitivo dos Estados produtores, assinado em 5 de dezembro de 1931, trouxe importantes mudanças no programa de sustentação do café, como o aumento da taxa de exportação para quinze xelins, o comprometimento do CNC a efetuar o pagamento final dos estoques adquiridos para o governo federal – conforme definido em fevereiro daquele ano – e o início imediato da queima de um milhão de sacas de café por mês pelo CNC. Peláez observa que, com o tempo, a importância do CNC na orientação política aumentou sensivelmente, passando de instrumento dos estados cafeeiros a formulador de diretrizes para o governo federal (PELÁEZ, 1972).

Durante a presidência de Vargas, a sustentação federal do café esteve estreitamente vinculada ao Banco do Brasil. No final do ano de 1931, o CNC carecia de aproximadamente 700 mil contos para a implantação de suas políticas. Diante dessa situação, o governo federal autorizou a elevação do fundo de operações da Carteira de Emissão e Redesconto do Banco

do Brasil para 400 mil contos. Com base na garantia do imposto de dez xelins, os títulos do CNC seriam aceitos para desconto nesse fundo, tendo o Conselho Nacional do Café passado a depositar a arrecadação da taxa de exportação nas agências do Banco do Brasil. A instituição também contou com o auxílio do Tesouro Nacional, que lhe concedeu 250 mil contos (PELÁEZ, 1972).

Peláez (1972) atesta que os novos impostos de exportação foram a fonte de recursos para a sustentação do café, tendo sido utilizados para a compra e para a destruição dos estoques do produto. O autor sustenta que o crescimento das despesas, financiado pelos novos tributos, não corresponde à política fiscal keynesiana e critica o argumento utilizado por Furtado acerca do financiamento do programa de sustentação do café por geração de moeda, uma vez que os créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional não poderiam ser considerados, estritamente falando, emissão de moeda, pois foram pagos com as receitas mensais provenientes das exportações.

Mais adiante, no mesmo capítulo, Peláez (1972) acaba se contradizendo ao referir que os créditos do Tesouro Nacional podem ser considerados formalmente como criação de moeda, uma vez que não existia pressão para o repagamento. Contudo, o mesmo não poderia ser dito em relação aos créditos do Banco do Brasil, já que este não era a autoridade monetária, embora fosse o banqueiro oficial. Segundo o autor, os créditos destinados ao programa de sustentação do café correspondiam a créditos recusados a outros clientes do banco; no entanto, ainda que se pudesse afirmar a existência de uma política fiscal compensatória devido aos créditos concedidos pelo Banco do Brasil, esta não seria resultado da injeção de moeda sugerida por Keynes e alegada por Celso Furtado. O analista aduz que, embora seja possível admitir, dentro de hipóteses estritamente keynesianas, que os créditos tenham facilitado a recuperação, esta não pode ser explicada através de um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro, ressaltando a dificuldade de mensuração da magnitude do impacto dos créditos na recuperação e refutando a tese de Furtado para o princípio da década de 1930 (PELÁEZ, 1972).

Em 10 de fevereiro de 1933, o CNC foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), que absorveu a maior parte das atribuições da extinta instituição. No entanto, o DNC representou a perda do controle dos Estados em prol do interesse nacional; restava consolidada, assim, a federalização das políticas cafeeiras. Peláez (1972) afirma que, baseado no imposto em espécie de 20% sobre o café exportado instituído pelo Convênio de Taubaté, o Governo Vargas partiu gradativamente para um imposto em espécie, que se tornou a principal fonte de recursos de auxílio ao setor cafeeiro.

O autor discorre sobre o imposto em espécie alegando que, apesar de o seu impacto sobre a distribuição de recursos e condições comerciais ser semelhante ao exercido por um imposto monetário, suas implicações monetárias são diversas, especialmente em relação à recuperação e à transferência de fundos líquidos. Peláez (1972) assinala que, quando a sustentação do café se baseia fundamentalmente num imposto em espécie, nenhuma renda direta é originada do setor não-cafeeiro para o cafeeiro. Entretanto, considerando que os preços do café aumentam ou são mantidos acima dos níveis em que seriam fixados numa conjuntura de livre mercado, configura-se uma redistribuição de rendas, dentro da economia, em favor do setor cafeeiro, o que não foi analisado por Furtado, segundo o autor.

Outro argumento utilizado por Peláez (1972) para refutar a tese estruturalista foi a análise dos discursos do Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, e de Getúlio Vargas, ambos realizados em 1934. O autor assinala que a política adotada pelo ministro da Fazenda consistiu justamente em evitar a emissão de moeda para sustentar o café, pois a principal preocupação de sua administração era o pagamento da dívida externa e a recomposição do crédito brasileiro no exterior, e acrescenta que a emissão de moeda também foi rejeitada por Getúlio Vargas, a quem Furtado atribui essas políticas.

Peláez (1972) também defende que a crise do café não foi fruto de nenhuma fraqueza inerente à economia de mercado, mas de uma distorção desta, asseverando que a superprodução de café no período foi ocasionada pelo impacto acumulado das valorizações e pelos contínuos programas de defesa do café. As abundantes safras do início da década de 1930 foram o resultado dos plantios realizados no fim dos anos 1920, diante dos preços artificialmente elevados e dos incentivos em dinheiro. No período da Grande Depressão, a economia brasileira era essencialmente exportadora, o que indicava que a crise propagar-se-ia rapidamente dos países industrializados para o Brasil. Entre 1928 e 1940, os termos de troca do Brasil caíram 65% e os preços internacionais do café reduziram-se 66%. No entanto, os preços seguiram em queda mesmo após a recuperação dos níveis de renda dos Estados Unidos, a partir de 1933, e as cotações mundiais do café eram inferiores às do primeiro período de crise de 1908, o que, para Peláez, é uma clara evidência de que o comportamento dos preços do café não pode ser atribuído exclusivamente às repercussões internacionais da Grande Depressão (PELÁEZ, 1972).

A queda brusca dos preços, para Peláez (1972), também pode ser explicada pelas políticas cafeeiras. A safra de 1926-27 foi o primeiro indicativo ao mercado de que a capacidade de produção superaria as possibilidades de exportação; o alerta, no entanto, foi distorcido pela opulência de recursos do Instituto Paulista de Café e pela convicção de que o

plano de defesa garantiria que qualquer volume produzido no Brasil alcançaria um preço justo. Enquanto isso, os estoques mundiais totais seguiam aumentando e os altos rendimentos obtidos com o café brasileiro incentivavam ainda mais as plantações – não só no Brasil, mas também no exterior –, agravando a situação. Quatro safras extraordinárias foram a consequência da institucionalização da política de sustentação do café, cuja produção só conseguiu ajustar-se por volta de 1936-37.

Durante o período de intervenção, a concorrência mundial do café foi crescendo. O autor destaca que um dos fatores mais significativos dessa competição foi o incentivo dos custos mínimos de produção em países de mão de obra barata, que produziam café de boa qualidade em pequenas lavouras, como, por exemplo, as colônias africanas, que também contavam com um tratamento tarifário preferencial nas “nações-mães” de consumo, o que representava uma perigosa ameaça para o Brasil. Na América Latina, a Venezuela e a Colômbia despontaram como concorrentes na produção de café (PELÁEZ, 1972).

A longo prazo, os programas de subsídio ao café enfraqueceram a vantagem relativa do Brasil na produção, afastando o país da concorrência dos mercados mundiais. Os cafeicultores brasileiros não se preocupavam com a qualidade do produto e tampouco estavam interessados em aumentar sua eficiência, já que havia a garantia de que toda a produção seria adquirida. Peláez (1972) acrescenta que, ao longo da história, a supremacia da produção variou de um país para o outro e que o monopólio brasileiro fez com que outros países se lançassem na produção de café, atingindo bons resultados com fazendas menores, que produziam café de boa qualidade. Não demorou para que o Brasil percebesse a situação e mudasse as dimensões dos cafezais; o autor ressalta que, no decorrer da década de 1930, o número de plantações de café aumentou, porém, o crescimento correspondeu a culturas de menos de 10 mil cafeeiros, tendo ocorrido a redução do número de grandes fazendas. Peláez (1972) observa que, se o esquema de sustentação de preços não tivesse sido implementado, o ajuste teria ocorrido antes. Durante a Grande Depressão, o produtor de café brasileiro deparou-se com condições diferentes das que prevaleceram durante as valorizações e a defesa permanente, pois o elevado imposto em espécie, a realidade da falência, o agravamento da crise mundial e o constante declínio dos preços impuseram a necessidade de aprimoramento dos métodos de produção.

As dificuldades oriundas do programa de sustentação do café fizeram com que uma parcela cada vez maior da sociedade passasse a defender mudanças radicais no plano, como a substituição da política de incineração por uma política de exportação, a qual logo ficou conhecida como política de concorrência. Em 13 de novembro de 1937, o governo brasileiro

fez a mudança mais drástica do programa de sustentação do café desde o Convênio de Taubaté, tendo como objetivo a sua gradativa abolição. A nova política cafeeira pretendia reduzir os preços internacionais, permitindo a entrada de sua produção no mercado livre de impostos e de outros ônus, aumentar as exportações físicas do Brasil, limitando a destruição aos cafés de segunda qualidade e exportando o restante livremente, e elevar a participação brasileira no mercado mundial. Peláez (1972) compara a nova política cafeeira com a solução dos mercados livres de café proposta pelo ministro da Fazenda Joaquim Murinho no fim do século XIX⁹; contudo, o autor pondera que, na década de 1930, essa solução havia se tornado mais difícil devido aos efeitos acumulados de trinta anos de intervenção.

Uma vez apontadas as distorções dos fatos na tese de Furtado, Peláez (1972) propõe-se a evidenciar as fraquezas da teoria por meio de testes rigorosos e a apresentar explicações alternativas para o comportamento da economia brasileira e do setor cafeeiro durante o período da Grande Depressão. O autor inicia expondo as fragilidades do argumento da recuperação sistematizada em *Formação Econômica do Brasil*.

Inicialmente, Peláez (1972) rebate a alegação de Furtado de que a renda teria se mantido em níveis elevados durante a crise da década de 1930 no Brasil, em comparação com outros países, graças à política de proteção ao setor cafeeiro, que teria sido um autêntico programa de fortalecimento da renda nacional. O autor sustenta que a medida verdadeiramente significativa para essa hipótese é a renda monetária do setor cafeeiro e que os recursos reais, aplicados na produção do café, não são facilmente transferíveis para a indústria de importação concorrente, atacando o argumento da recuperação e da transferência de Furtado, que dão ênfase a elevados níveis de capital líquido para aplicação na indústria doméstica.

Peláez (1972) apresenta dados das contas do setor cafeeiro de 1928-39, como a conta de exportações, conta de vendas internas de café, conta de aumento de fundos líquidos – decorrentes do reajustamento –, conta de crédito do Banco do Brasil, conta do programa de sustentação do café, receita bruta do café, impostos federais, impostos estaduais e renda disponível do café. O autor observa que a renda monetária permaneceu estagnada durante a Grande Depressão e que o único fato que concordaria com a tese de Furtado seria alegar que as rendas do café foram preservadas em níveis mais altos do que teriam alcançado caso não houvesse um programa de sustentação do setor. Peláez (1972) também expõe os dados

9 Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales e um dos articuladores do *funding loan*, Joaquim Murinho era publicamente contrário à intervenção do governo no setor cafeeiro. Delfim Netto (2009, p. 45) afirma que “Murinho acreditava que a solução do problema deveria ser encontrada pelo próprio mercado, que se encarregaria de eliminar os produtores marginais”.

relativos à renda do setor cafeeiro brasileiro, à renda interna bruta do Brasil e ao produto nacional líquido real dos Estados Unidos de 1928-39, concluindo que a primeira recuou mais violentamente do que a segunda, colocando em dúvida a hipótese de que houve recuperação e de que o cafeicultor teria sido a fonte das finanças industriais.

Segundo o autor, os dados anteriormente mencionados desmentem que o Brasil obteve rapidamente a recuperação total do seu nível de emprego e que a renda melhorou sensivelmente na década de 1930. No entanto, Peláez (1972) concorda com Furtado acerca da afirmação de que o Brasil se recuperou da crise antes que os Estados Unidos, embora conteste o ano em que esse restabelecimento tenha se dado, asseverando que a recuperação nos Estados Unidos ocorreu em 1933 – e não em 1934 – e que os primeiros indícios de melhoria na economia brasileira situam-se em 1931, e não em 1933, conforme aduzido por Furtado.

De acordo com a análise referente à década de 1930 de Celso Furtado, grande parte dos investimentos no Brasil consistia no consumo de cimento e aço, e importações de outros bens de capital, sustentando o autor cepalino que a economia brasileira não só criou incentivos internamente, com o objetivo de anular os efeitos externos e manter o crescimento, como também conseguiu produzir uma parte dos bens necessários à conservação e à expansão de sua capacidade produtiva. Peláez (1972) alega que um procedimento melhor para verificar essa hipótese seria medir a formação de capital na década de 1930 pelo consumo de aço e cimento – indicadores razoáveis da construção urbana e industrial – e pelas importações de máquinas, as quais constituíram a única fonte de equipamento industrial até o início da produção interna, após a Segunda Guerra Mundial. O autor então mostra dados do consumo aparente de cimento e laminados de aço, bem como de importações de bens de capital no Brasil de 1928-45, e chega à conclusão de que o impacto exercido pela Grande Depressão foi extremamente severo no consumo de aço e no de cimento, tendo sido desastroso sobre as importações de maquinaria. Peláez (1972, p. 83) finaliza: “considerando-se o fato de que praticamente não existia um setor industrial interno de produção de bens de capital, é inevitável concluir que a formação de capital no Brasil permaneceu estagnada no período de 1929 a 1945”.

O último ponto acerca do argumento da recuperação abordado por Peláez (1972) é o da política fiscal, o qual o autor classifica como o mais distante da realidade na “teoria dos choques adversos”. O autor afirma que, durante os primeiros anos da Grande Depressão, as políticas monetária e fiscal brasileiras foram de austeridade e de equilíbrio orçamentário, ou seja, ortodoxas, o que ia de encontro ao proposto pela política keynesiana que Furtado alegou ter sido aplicada no Brasil. O analista novamente recorre a dados, dessa vez sobre as receitas e

despesas governamentais de 1929-39, para demonstrar que, ao contrário do afirmado por Furtado, a economia brasileira não se recuperou na década de 1930 na base dos déficits substanciais incorridos pelo governo do Brasil. Peláez (1972) assevera que apenas um déficit poderia ser considerado como política compensatória keynesiana e que foi ocasionado por um acidente histórico, o de 1932, devido à Revolução Constitucionalista, que teve efeito estimulante nas atividades econômicas e impediu a implantação da política de equilíbrio orçamentário. O governo de Vargas, em todos os outros anos críticos da Grande Depressão, segundo Peláez, seguiu uma deliberada política ortodoxa de equilíbrio orçamentário, em nada se aproximando das propostas de John Maynard Keynes.

Peláez (1972, p. 111) inicia sua análise da recuperação da economia após 1930 afirmando que “o argumento de transferência da Tese Furtado contém subargumentos referentes a mercado e capital”. A hipótese de que a manutenção da renda do setor cafeeiro também sustentou o mercado de manufaturados concorrentes com as importações foi rejeitada anteriormente, pois restou comprovado, para o pesquisador, que esse mercado não se manteve em níveis elevados, tendo ocorrido um declínio da renda real *per capita* na época. No entanto, permanece, ainda, para Peláez (1972), a hipótese de que os recursos líquidos do programa de sustentação cafeeira tenham sido aplicados na indústria nacional, a qual o autor se propõe a provar que é igualmente incorreta.

O analista faz uma explanação acerca das políticas de policultura do Estado de São Paulo afirmando que, por muito tempo, a diversificação agrícola foi inexistente, diante da alta rentabilidade do café. Contudo, conforme o rendimento dos cafezais foi diminuindo, os cafeicultores viram-se obrigados a recorrer a outras culturas, a fim de compensarem as suas perdas. Essa situação, porém, perdurava apenas até que os cafezais retomassem sua produtividade normal, sendo as culturas secundárias abandonadas assim que isso ocorria. Após 1929, o cenário mudou, e o aumento da rentabilidade de uma série de produtos agrícolas veio a estimular a expansão da produção. Depois de 1934, houve uma alteração radical na estrutura da produção agrícola de São Paulo, quando os lucros da produção de algodão para exportação provocaram um dos maiores surtos da história econômica brasileira. Peláez (1972) afirma que foi para a produção do algodão que se desviaram os recursos reais do café e o capital nacional durante a segunda metade dos anos 1930

Até 1933, o Brasil não havia exportado grandes quantidades de algodão; esse ano, entretanto, foi decisivo, pois tanto a produção quanto a qualidade do algodão paulista melhoraram sensivelmente, como decorrência do comportamento dos preços de exportação relativos do algodão e do café brasileiros. Peláez (1972) observa que, durante a década de

1930, o Brasil reproduziu, em poucos anos e numa escala menor, o que a Colômbia havia feito no caso do café – produção de melhor qualidade e em lavouras menores –. O autor afirma que os cotonicultores eram exatamente os mesmos indivíduos que se dedicaram à cultura do café, contestando o argumento estruturalista de que havia uma ausência de motivação empreendedora.

Peláez (1972) apresenta os dados da indústria têxtil no Brasil de 1920-39, constatando que, no período inicial de expansão, a produção interna beneficiou-se parcialmente da substituição de importações, com um leve aumento no consumo. O autor também verifica que a produção interna expandiu-se no decorrer da década de 1930, reagindo de maneira moderada à estagnação do fim dos anos 1920. As importações praticamente deixaram de existir e seguiram representando uma proporção insignificante do consumo global. O autor defende existirem três importantes fatores que explicam a recuperação da indústria têxtil brasileira na década de 1930: a) as políticas governamentais de incentivo à indústria; b) o programa de sustentação do café, que manteve os níveis de emprego nos cafezais, cujos trabalhadores eram os principais consumidores de produtos têxteis, preservando o mercado de tecidos de algodão a níveis mínimos; e, por fim, c) “outra atividade econômica, que passou a ofertar crescentes oportunidades de emprego aos trabalhadores agrícolas desempregados paulistas” (PELÁEZ, 1972, p. 127). O autor assevera que a mão de obra das fazendas de algodão constituiu um novo mercado para os tecidos menos finos de algodão e sustenta que esses três fatores combinados explicam a recuperação da produção têxtil brasileira nos anos 1930. Peláez (1972) alega que a tese de Furtado atribuiu erradamente o crescimento da indústria têxtil à redução das importações, sustentando que a indústria manufatureira e o plantio de algodão se mantiveram estreitamente vinculados.

Segundo a tese de Furtado, a industrialização foi decorrente da transferência dos recursos líquidos e reais do setor de exportação cafeeiro para as atividades industriais, o que pressupõe a mobilidade de recursos entre a agricultura e a indústria. Peláez (1972, p. 128) atesta ser “muito mais expressivo considerar um modelo em que os recursos da produção de café sejam rígidos para a transferência às atividades industriais, porém flexíveis para sua transferência à agricultura de exportação”. Analisando diversos dados, o autor observa que, embora não seja possível determinar a magnitude exata da transferência de recursos, é legítimo concluir que houve uma transferência de recursos reais, como terra, mão de obra e capital, do cultivo do café para o do algodão. Quanto à transferência líquida de investimentos do setor cafeeiro para outras atividades econômicas, o autor ressalta ser altamente duvidoso

supor que sobrassem recursos líquidos para a indústria após a transferência para a produção de algodão e outros empreendimentos agrícolas em São Paulo.

O último ponto abordado por Peláez (1972) a respeito do argumento da transferência refere-se às indústrias básicas – aço e cimento – e a fatores externos. Tanto a indústria de aço como a de cimento apresentavam grande concentração, o que, para o autor, permitia uma análise simples da possibilidade de transferências diretas de capital originárias do setor de exportação (PELÁEZ, 1968). Com base nos dados do Censo de 1939, Peláez constatou que três produtores detinham mais de 96% da produção de aço em lingotes: a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM), a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM) e a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM). A CSBM estabeleceu-se em 1921 e foi a primeira produtora de aço no Brasil; em 1939, contribuía com mais de 50% da produção nacional e seu capital original era de grupos estrangeiros, não relacionados com a produção de café. A origem do capital da CBUM, propriedade da Hime & Cia., não é conhecida; a companhia, contudo, foi fundada nos anos 1920, e não na década seguinte. A CBMM também foi estabelecida na década de 1920, não tendo expandido sua capacidade nos anos 1930. Peláez (1970) conclui, portanto, que grande parte do capital e da capacidade empresarial da “pequena indústria de aço” era estrangeira, sem qualquer relação com o café. Ademais, o período inicial de criação dessa indústria ocorreu na década de 1920, e não na de 1930, tendo sido condicionado por fatores políticos, quais sejam, a corrida às concessões de minério de ferro e aos incentivos do governo brasileiro.

Assim como no caso do ferro e do aço, a primeira fábrica de cimento no Brasil constituiu-se com ajuda de capital e empresariado estrangeiro. Em 1924, iniciou-se a construção da Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus, no Estado de São Paulo, com 70% do seu capital canadense. Posteriormente, estabeleceu-se a Companhia Nacional de Cimento Portland, subsidiária da Lone Star Cement, uma das maiores produtoras americanas e que possuía outras subsidiárias na América Latina. O produtor nacional mais importante era a tradicional Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, que iniciou suas atividades no setor têxtil e, em 1936, começou a produzir cimento em uma moderna fábrica em São Paulo (PELÁEZ, 1972).

Peléaz (1972) afirma que, segundo o argumento de Furtado, a indústria de cimento foi estabelecida nos anos 1930 como resultado da transferência direta de capital do setor cafeeiro; O autor sustenta, no entanto, que essa indústria estabeleceu-se nos anos 1920, e não na década de 1930. Ademais, quase metade do capital e uma parte considerável dos técnicos e empresariado provieram de empresas americanas e canadenses. A produtora nacional que se

destaca à época, S. A. Indústrias Votorantim, não tinha relação com o café. Peláez (1972) alega que a segunda parte do argumento da transferência, em relação ao cimento, postula uma transferência indireta da renda do setor exportador para a produção do cimento através de preços relativos mais altos deste. Baseado num estudo realizado por um grupo de engenheiros em 1947, 95% da produção brasileira de cimento naquele ano foi utilizada na construção urbana; dessa forma, consoante o autor, supondo que o padrão de consumo tenha sido similar durante a década de 1930, qualquer redistribuição de renda, devido a preços mais altos, para o cimento, realizou-se primeiramente entre os consumidores urbanos e os produtores, e não entre o setor de exportação e os produtores de cimento, como defendido por Furtado.

Em sua obra, Peláez (1972) trouxe evidências de crescimento da indústria nas três primeiras décadas do século XX, o que lhe permitiu sustentar que havia complementaridade, e não contradição, entre indústria e agroexportação. Enquanto sua pesquisa sobre o período anterior à Grande Depressão torna de difícil contestação o aparecimento de fábricas num período de auge da economia cafeeira, o mesmo não pode ser dito acerca de suas análises para o período posterior a 1930. Peláez sustentou que a política do governo praticada nesse período não foi tão keynesiana como defendido por Furtado, uma vez que, para o primeiro autor, o governo financiou seus gastos não apenas com expansão monetária, mas com novos impostos. Ademais, sua tentativa de diminuir a magnitude do crescimento industrial na década de 1930 tampouco é convincente diante dos dados apresentados por Villela e Suzigan (1973) (FONSECA; SALOMÃO, 2017).

Versiani (1974), ao elaborar uma resenha de *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, também identificou alguns problemas na obra de Peláez. Embora o livro de Peláez (1972) contenha no próprio título que seu propósito é fazer uma crítica à teoria estruturalista no Brasil, Versiani observa que não há menção a outros autores – além de Furtado – que naturalmente podem ser considerados estruturalistas, como Maria da Conceição Tavares e Antônio Barros de Castro.

Acerca do argumento da recuperação, Versiani (1974) refere que a crítica de Peláez se concentra em demonstrar que a compra de estoques de café pelo governo não foi financiada inteiramente pela expansão do crédito, e sim por novos impostos, refutando o caráter expansionista keynesiano que Furtado atribui à política adotada à época. O autor, contudo, afirma que, à luz da evidência apresentada, essa conclusão radical de Peláez é pouco convincente, pois os próprios dados levantados pelo autor mostram que foi necessário recorrer a créditos governamentais para a cobrir a diferença entre a receita dos impostos e os gastos de compra do café. Versiani (1974) conclui que, embora Peláez tenha mostrado que a descrição

simplista do programa de sustentação cafeeiro oferecida por Furtado não é historicamente exata, resta evidente que duas quintas partes dos fundos envolvidos no referido programa correspondiam à expansão de créditos.

Outro ponto criticado por Versiani (1974) refere-se ao capítulo em que Peláez apresenta um histórico sobre a evolução da cultura algodoeira na década de 1930 para desmentir a tese de Furtado sobre a transferência de fundos do setor cafeeiro para a indústria, tendo em vista que, ao contrário do que Peláez tenta fazer parecer, Furtado explicitamente supõe ter havido deslocamento de recursos do café para a lavoura de algodão. Apesar de Peláez (1972) fornecer dados relevantes sobre a história econômica brasileira, os capítulos do livro dedicados às indústrias de ferro, aço e cimento fornecem munição “escassa” para suas investidas contra Furtado, tendo em vista que a suposta afirmativa deste sobre o estabelecimento dessas indústrias no Brasil na década de 1930 não é amparada por citações ou referências, dando a impressão, segundo Versiani (1974), de que Peláez estaria investindo contra moinhos de vento.

Versiani (1974) conclui que, a julgar pelos objetivos fixados por Peláez (1972), o livro é um empreendimento malsucedido, pois, embora ofereça qualificações de importância considerável às colocações de Furtado, fica claro que Peláez está demasiadamente preocupado em destruir a argumentação de Furtado. O autor ressalta, no entanto, a quantidade importante de dados, informações e referências bibliográficas sobre a economia do Brasil na década de 1930 presente no livro, o que o torna valioso para o estudo desse período.

3.2 OS IMPACTOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: A INTERPRETAÇÃO DE WARREN DEAN

Saes (1989) sustenta que talvez o primeiro autor a formular uma crítica elaborada acerca da proposição de que a indústria brasileira havia crescido substancialmente durante a Primeira Guerra Mundial tenha sido Warren Dean. Dean (1971) inicia o primeiro capítulo de seu livro *A industrialização de São Paulo* afirmando que a industrialização de São Paulo dependeu, desde o início, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café, o que o torna mais inclinado à teoria da industrialização induzida pelas exportações defendida por Peláez. O autor alega que o café era a base do crescimento industrial brasileiro porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial: a economia monetária, já que, sem produção para exportar, os proprietários de terra paulistas possuíam pouca necessidade de dinheiro em caixa ou de crédito. O pagamento em dinheiro dos produtos

aumentou o volume de moeda em circulação, dando origem, em 1870, a umas poucas fábricas de tecidos na província, as quais transformavam o algodão produzido em vestimentas trajadas pelos escravos. O uso do dinheiro difundiu-se mais ainda com o advento da mão de obra livre, bem como com a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nos cafezais.

Dean (1971) argumenta que o comércio do café, além de originar a procura da produção industrial, custeou grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais necessárias a tornar vantajosa a manufatura nacional, como a construção de estradas de ferro e de companhias elétricas. A transformação social provocada pelo café – que se traduz não apenas na presença de mão de obra nativa e imigrante, mas também na necessidade de um quadro de técnicos contratados na Europa para gerir as plantações, construir estradas de ferro, entre outras atividades – beneficiou sobremaneira as primeiras fábricas instaladas no Brasil.

O autor mostra dados sobre a indústria paulista que ratificam sua afirmação de que o parque industrial paulista cresceu rapidamente durante os trinta primeiros anos da Primeira República. Esse acelerado progresso da industrialização, segundo Dean (1971), deve-se à expansão geográfica do mercado de São Paulo, que se tornava independente do Rio de Janeiro¹⁰, à política fiscal do governo, que, embora não tenha sistematicamente sido destinada à indústria, acabou contribuindo para o desenvolvimento do setor manufatureiro, e a outras medidas oficiais que tiveram efeito marginal sobre a produção nacional.

Segundo Dean (1971, p. 93-94):

É evidente que o crescimento continuado da indústria paulista resultou do crescimento do comércio do café. O negócio do café proporcionava a procura, as perspectivas do negócio do café estimulavam o investimento, em sua maioria do setor do café, e o negócio do café criava as despesas gerais econômicas necessárias e pagava os impostos. Durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa. Durante os anos maus do café, como aconteceu em 1892, 1895 e novamente entre 1902 e 1906, a indústria local parece haver agonizado.

O autor contesta o argumento de que a indústria cresceu durante a Primeira Guerra Mundial, alegando que o evento não foi, por si só, estimulante para a indústria paulista, tendo parte dos influxos positivos decorrido do aumento de exportação de manufaturados, como carne congelada, açúcar refinado e tecidos de algodão. Dean (1971) também refuta a premissa de que o declínio nas fases de crise pudesse proteger a indústria brasileira, uma vez que, na crise, a demanda deve declinar devido à retração na renda interna – subsequente à queda das

10 O pesquisador refere que as mercadorias desembarcadas na Guanabara estavam sujeitas a uma taxa federal de 2%, o que não ocorria nas docas de Santos, de propriedade particular, e que a decadência do Vale do Paraíba provavelmente incentivou diversos importadores do Rio a abrir filiais em São Paulo (DEAN, 1971).

exportações – e ao aumento do custo das importações de matérias-primas e de máquinas, o que bloqueava o crescimento da indústria (SAES, 1989, p. 24).

O historiador sintetiza que a Primeira Guerra Mundial aumentou significativamente a procura por manufaturados nacionais; tornou, contudo, quase impossível a ampliação da capacidade produtiva para satisfazer essa demanda. O analista também defende que as fortunas feitas durante a guerra provieram de novos ramos de exportações, do aumento da jornada de produção e de fusões e/ou reorganizações, chegando a se perguntar se a industrialização de São Paulo não teria se processado mais depressa se não tivesse havido guerra (DEAN, 1971).

Acerca do período posterior, Dean (1971) pondera que, ainda que se possa observar uma produção consideravelmente elevada em alguns setores na década de 1930, especialmente no ramo dos tecidos de algodão, do cimento e do ferro gusa, deve-se ter em mente que os tecidos de algodão não representavam inovação e que quase todos os recursos para a produção dos três produtos citados anteriormente já haviam sido instalados por volta de 1929. Outrossim, embora se possa demonstrar que o crescimento da indústria paulista foi lento entre as guerras, o que, para o autor, invalida em grande parte as tentativas de Furtado e de Baer de explicar por que a indústria em São Paulo cresceu rapidamente, esse raciocínio ainda pode ser utilizado para explicar como não se registrou depressão industrial no Brasil mesmo diante do declínio do comércio mundial.

3.3 INDUSTRIALIZAÇÃO *VERSUS* SURTOS INDUSTRIAIS: A CONTRIBUIÇÃO DE VILLELA E SUZIGAN

Villela e Suzigan (1973) afirmam que, até a Primeira Guerra Mundial, não houve um processo contínuo de industrialização, mas dois surtos de crescimento industrial, cujas causas os autores propõem-se a investigar. Ao se questionarem acerca de que fatores permitiram o aparecimento de um setor industrial em uma economia tipicamente agrícola, que possuía uma classe empresarial formada por fazendeiros e importadores, os pesquisadores sugerem que a mola propulsora do surto industrial ocorrido em São Paulo, principal centro industrial do país, foi a própria monocultura do café, que gerou as poupanças investidas em infraestrutura e nas atividades industriais substitutivas de manufaturas importadas, como tecidos, bebidas, e alimentos, entre outras.

A imigração europeia também aumentou o fluxo de geração de renda, tendo em vista que os imigrantes recebiam sua remuneração em moeda, ao contrário dos nativos, e que

possuíam hábitos de consumo mais diversificados. Ademais, os trabalhadores estrangeiros que deixavam os cafezais – por dificuldades de adaptação ao trabalho ou em razão das crises de superprodução de café – migravam para as cidades e serviam como mão de obra para as indústrias. Citando Dean (1971), os autores indicam que a sequência observada no surgimento da classe empresarial foi: fazendeiros de café, importadores e imigrantes (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Villela e Suzigan (1973), assim como Dean (1971) Versiani e Versiani (1977), destacam a importância dos importadores que se tornaram industriais, já que estes possuíam um amplo conhecimento do mercado e acesso facilitado ao crédito bancário, o que permitia a importação de equipamento para as fábricas. Os autores também salientam as políticas tarifárias e as desvalorizações cambiais, que compeliram os importadores a diversificar suas atividades e, conseqüentemente, a investir na indústria manufatureira.

Os analistas sintetizam que as atividades industriais geradas pela produção cafeeira tornaram-se possíveis graças ao aparecimento de uma classe empresarial industrial que se serviu de fatores como: a) os efeitos da política governamental, especialmente da política tarifária, que concedia isenções fiscais para a importação de algumas matérias-primas e de equipamentos para a indústria, além de onerar demasiadamente as demais importações, bem como da política cambial, pois as desvalorizações cambiais protegiam as indústrias de processamento de matérias-primas locais; b) os investimentos em ferrovias proporcionados pela cafeicultura, que permitiram uma integração do mercado paulista com o de outros Estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais; c) a fartura de matérias-primas locais, entre as quais se pode citar algodão, couros, cana-de-açúcar, madeiras, entre outras; d) o progresso na capacidade geradora de energia elétrica, financiada por investimento estrangeiro, como também destacado por Topik (1987); e o aumento e a diversificação da demanda por produtos industriais devido ao acelerado processo de urbanização (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Villela e Suzigan (1973) sustentam que primeiros anos da República no Brasil talvez tenham sido o único período, antes dos anos 1930, em que a política governamental manifestou interesse em promover o desenvolvimento da indústria. Embora existisse a crença de que o fortalecimento ou a criação de uma classe empresarial industrial era importante para o firme estabelecimento da República, a política não apresentava um conjunto coordenado de medidas capaz de promover a industrialização. O Encilhamento¹¹, período caracterizado pela

11 O período do Encilhamento correspondeu ao primeiro ano da República, marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira. Desde os últimos dias do Império, era possível constatar que a quantidade de moeda em circulação no país não era compatível com as novas realidades do trabalho e do ingresso em massa de imigrantes. Rui Barbosa, ao assumir o governo provisório, baixou vários decretos a fim de aumentar a oferta monetária e facilitar a criação de sociedades anônimas, possibilitando que alguns bancos

expansão de crédito e pela pluralidade de bancos emissores de moeda, logo foi sucedido por políticas de contenção.

O crescimento da indústria estava subordinado ao comércio exterior, uma vez que a formação de capital na indústria dependia da importação de máquinas e de instalações industriais. Além disso, a própria produção era função da importação de combustíveis e de matérias-primas básicas. Dessa forma a evolução do comércio exterior – sobretudo do café – condicionava o aparecimento de surtos de industrialização. Embora os interesses mais influentes na política governamental tenham sido os da classe rural, o que, de certa maneira, dificultava o desenvolvimento industrial, ao que tudo indica, houve um surto industrial na primeira década da República. A introdução da tarifa-ouro sobre as importações em 1890-91, que posteriormente foi substituída por um aumento nas alíquotas de importações, forneceu uma proteção às indústrias que processavam matérias-primas locais, além das já mencionadas desvalorizações cambiais. Ainda que os dados da época sejam escassos, eles indicam que o crescimento da produção industrial intensificou-se em 1896-99, tendo sido interrompido pela introdução, a partir do fim de 1898, de medidas severas de contenção do governo para combater as indústrias artificiais que teriam surgido a partir da proteção tarifária excessiva e da desvalorização cambial (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Segundo os autores, as “políticas contencionistas” do governo não impediram um novo surto de industrialização a partir de 1903, o qual se acentuou entre 1905 e 1913. Os efeitos depressivos da estabilidade monetária e cambial foram compensados pelo estímulo gerado graças ao aumento das despesas autônomas do governo federal, especialmente a partir de 1908, o que contribuiu para um aumento na atividade econômica geral e beneficiou indiretamente as indústrias, tendo em vista que foram feitos grandes investimentos públicos em ferrovias. Contudo, o café e sua política parecem ter sido os fatores mais importantes para esse novo surto de industrialização. O plano de valorização do café não produziu resultados práticos até 1908; no entanto, a partir de 1909, o preço do café passou a subir, o que proporcionou o aumento das relações de troca e da capacidade de importar, e, conseqüentemente, a formação de capital no setor industrial, sobretudo em 1910-1913. Os pesquisadores indicam que o extraordinário aumento da capacidade de produção da indústria até 1913 possibilitou o aumento da produção industrial no período de guerra, criticando os

emitissem moeda. Essas iniciativas concorreram para a expansão do crédito e da ideia de que a República seria um terreno fértil para os negócios. Durante essa época, muitas empresas foram formadas – algumas nunca existiram de fato –, a especulação nas bolsas de valores cresceu e o custo de vida elevou-se consideravelmente. No início do ano de 1891, veio a crise, com a conseqüente derrubada do preço das ações, queda do valor da moeda brasileira e falência de estabelecimentos bancários e de empresas (FAUSTO, 2010, p. 252)

adeptos da teoria dos choques adversos, que, segundo Villela e Suzigan (1973), classificam erroneamente o período de guerra como de rápida industrialização¹².

O novo surto de industrialização anteriormente mencionado – de 1903 a 1913 – foi marcado por uma significativa substituição de importações, as quais sofreram uma modificação, pois, enquanto as importações das indústrias dinâmicas – matérias-primas básicas e bens de capital – aumentaram, as das indústrias tradicionais – bens de consumo – diminuíram, o que demonstra um avanço no processo de industrialização. Os autores defendem que os efeitos da crise internacional de 1913 e da Primeira Guerra Mundial dificultaram o prosseguimento desse surto, pois a relação de trocas foi abruptamente reduzida, assim como a formação de capital na indústria. Portanto, de acordo com os pesquisadores, ainda que tenha havido um aumento da produção industrial durante a guerra, é improvável que tenha havido uma continuação da industrialização (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Villela e Suzigan (1973) alegam que a opinião geral – exposta inicialmente por Roberto Simonsen, Caio Prado e Nícia Vilela Luz, e refutada por Warren Dean – é de que, a despeito de já existir um número considerável de estabelecimentos fabris antes da Primeira Guerra Mundial, foi durante os anos 1914-18 que se observou o primeiro grande surto industrial. Os autores dedicam-se a mostrar que a evidência empírica disponível contraria a opinião geral, que também pode ser entendida como a teoria dos choques adversos, visto que os indicadores do produto industrial para os quatro gêneros de indústria que representavam 50% do valor adicionado na indústria em 1919, de acordo com o Censo Industrial de 1920, não acusam aceleração marcante durante os anos da Primeira Guerra Mundial, e sim oscilações, especialmente na indústria têxtil, que era a mais importante de todas, pois contribuía com 24,6% da produção líquida da indústria em 1907 e 29,6% em 1919.

Analisando as importações por tipo de bens de 1911 a 1918, os autores concluem que é pouco provável que possa ter havido um surto de industrialização em 1914-18, apesar da queda drástica das importações de bens de capital, do consumo aparente de aço e cimento, e das importações de combustíveis e de matérias-primas. Villela e Suzigan (1973) defendem

12 Em uma análise mais recente, Suzigan (1986) sugere uma interpretação alternativa para as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, com base na teoria do crescimento induzido por produtos básicos de Watkins (1963) ou na abordagem dos *linkages* generalizados ao crescimento de Hirschmann (1981). O autor afirma que a essência do processo pelo qual a expansão das exportações induz o investimento em outras atividades da economia é o efeito de encadeamento. Fonseca e Salomão (2017, p. 90) apontam que esses encadeamentos de produção, “tanto ‘para frente’ quanto ‘para trás’ impactam os investimentos industriais da mesma forma que *linkages* de consumo (mercado doméstico) e fiscal (quando o imposto cobrado do setor exportador é empregado para financiar investimentos em outros setores, entre eles a própria indústria)”. Os autores sustentam que essa interpretação pode ser considerada uma forma mais sofisticada de defender a tese central de Peláez, uma vez que corrobora o entendimento de que a indústria cresceu no período voltado “para fora” e justamente impulsionada pelas próprias exportações (FONSECA, SALOMÃO, 2017).

que o que parece ter havido foi um impacto positivo do aumento da demanda externa de alguns produtos industriais ou semi-industriais. Os dados das exportações da indústria de alimentos e tecidos sugerem que, durante a Primeira Guerra Mundial, o crescimento da produção industrial deveu-se mais à expansão do mercado externo para os produtos da indústria de alimentos do que à ampliação da capacidade produtiva para atender um aumento inusitado da demanda interna por bens de consumo. Os pesquisadores insinuam que deve ter havido maior utilização da capacidade produtiva existente e substituição de certos produtos intermediários cujo consumo aparente sofreu queda expressiva, como ferro-gusa e carvão importados por nacionais (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Os indicadores da formação de capital na indústria em 1901-1945 sugerem que o surto industrial parece ter ocorrido nos anos 1905-12, e não em 1914-18, uma vez que as importações de equipamento industrial vinham crescendo quando foram interrompidas pela guerra em 1914, tendo recuperado os níveis de 1912 apenas em 1925. Os anos 1905-12 foram marcados por uma valorização da moeda, seguida de uma estabilização cambial, o que facilitou a importação de bens de capital para a indústria. As exportações de produtos industriais ou semi-industriais, que cresceram durante a Primeira Guerra Mundial, praticamente findaram após o término do conflito mundial, o que indica que os seus preços não eram competitivos. Por fim, os autores concluem, assim como Dean (1971), que “talvez o correto seja indagar se o surto industrial que parece ter ocorrido nos anos 1905-1912 não teria levado a um processo de industrialização na ausência da guerra de 1912-1918” (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 150).

No início da década de 1920, a estrutura da produção industrial brasileira pouco havia se modificado, sendo ainda composta substancialmente de indústrias de bens de consumo. Apenas na segunda metade dos anos 1920 as indústrias siderúrgicas e de cimento começaram a ter expressão, como analisado por Peláez (1972). O expressivo desenvolvimento observado na indústria de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo durante a década, graças ao aproveitamento do enorme potencial hidráulico da região, representou uma importante melhoria na utilização da força motriz. No entanto, analisando as taxas anuais de crescimento da produção industrial de 1911-28, verifica-se que a década de 1920, para o conjunto das indústrias, foi um período de fraco desempenho. Os autores destacam que o pequeno crescimento da indústria têxtil foi a principal causa do baixo ritmo de crescimento da produção industrial em 1928, comparado com 1920, uma vez que as indústrias que cresceram a altas taxas tinham participação pouco expressiva (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

As flutuações e o baixo nível de desenvolvimento da produção industrial nos anos 1920 podem ser explicados, em grande parte, pela situação econômico-financeira geral. As alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial acarretaram variações na produção industrial. Os anos 1922-23 – nos quais houve aumento nos meios de pagamento, grandes deficits orçamentários, desvalorização cambial e alta de preços – foram o único período em toda a década em que a produção industrial atingiu níveis elevados. Nos anos 1924-26, as políticas de contenção monetária, cambial e fiscal ocasionaram um período de estagnação industrial. Durante os anos 1927-28, com a retomada da expansão dos meios de crédito e com a desvalorização cambial de 1927, a produção industrial recuperou-se. Os pesquisadores observam que as alterações na política cambial parecem ter provocado efeitos contrários sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria. Dessa forma, nos anos de forte desvalorização cambial, a produção industrial cresceu – tendo em vista que as importações de produtos manufaturados concorrentes tornaram-se mais caras – enquanto as importações de bens de capital caíram. Já nos anos de valorização cambial, a produção industrial caiu e ficou estagnada, ao mesmo tempo em que as importações de bens de capital subiram (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

3.4 INTERVENÇÃO ESTATAL E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PERÍODO AGROEXPORTADOR: O TRABALHO DE TOPIK

Ao analisar as origens da industrialização no Brasil, Topik (1987) destaca a intervenção do governo nesse processo até 1930. O autor, assim como Peláez (1972) e Dean (1971) mostra que o setor manufatureiro brasileiro desse período não pode ser ignorado.

Topik (1987) observa que, durante toda a Primeira República, a indústria brasileira – que contava com capital limitado, mercado doméstico pequeno e burguesia industrial ainda incipiente – cresceu na sombra da agricultura. Em consonância com o sustentado por Dean (1971), o autor aduz que, apesar do fato de que praticamente toda a ajuda do Estado era destinada à agricultura, as indústrias conseguiram multiplicar-se de maneira considerável. Topik afirma que, após a Primeira Guerra Mundial, as indústrias de base, como aço e carvão, tornaram-se prioritárias para o Brasil em função da sua importância para a defesa nacional; no entanto, os administradores públicos não tiveram apoio político e tampouco independência e disposição suficientes para estabelecer uma política dinâmica de industrialização.

O progresso das indústrias foi muito lento durante o Império, embora o fim da proibição da atividade manufatureira tenha sido decretado com a vinda da família real para o

Brasil, em 1808. Não obstante, a abertura dos portos aos navios estrangeiros e o estabelecimento de tarifas reduzidas coibiu o surgimento de indústrias. O início da expansão da cafeicultura impediu a industrialização, uma vez que absorveu os recursos disponíveis, manteve o trabalho escravo e um Estado com políticas monetárias e leis corporativas e conservadoras. Contudo, com o tempo, o próprio café – e outros produtos agrícolas como o açúcar, o cacau e a borracha – derrotou as relações pré-capitalistas que havia iniciado, passando a estimular o acúmulo de capital e a criação de um mercado doméstico (TOPIK, 1987).

O autor constata que, no Brasil, faltou o aparecimento de uma forte burguesia industrial. Ao contrário do ocorrido em nações europeias, onde os artesãos deram início às indústrias, no Brasil, os responsáveis pela implantação e operação das primeiras fábricas foram pessoas ligadas ao comércio exterior, como comissários e importadores, os quais estavam mais interessados na circulação do que na produção de mercadorias. Topik (1987) também ressalta o importante papel dos fazendeiros na industrialização, tendo em vista que controlavam os principais produtos de exportação do país. Dessa forma, verifica-se que tanto os fazendeiros quanto os importadores dedicavam-se às indústrias como forma de ampliar seus lucros. Os primeiros investiam no setor manufatureiro para expandir seus interesses agrícolas, como a fabricação de têxteis de algodão, já os segundos buscavam proteger-se das variações cambiais, ou seja, quando a taxa de câmbio subia e, conseqüentemente, tornava as importações mais difíceis, os importadores fomentavam a produção local.

Embora a capacidade produtiva tenha tido um crescimento impressionante na década de 1880, o Brasil ainda não podia ser chamado de país industrializado quando a República foi proclamada 1889. Grande parte dos estabelecimentos à época era artesanal e produzia simples bens de consumo, como alimentos e roupas, concentrando-se no Distrito Federal. As indústrias de base e de bens de capital eram inexistentes, e o futuro grande polo industrial, São Paulo, ainda não havia se desenvolvido (TOPIK, 1987).

Topik (1987) alega que a revolução republicana abriu uma breve era de euforia industrial, citando Fishlow (1972), que classificou a década de 1890 como o primeiro período de substituição de importações pela industrialização brasileira. Ainda que as indústrias tenham sido amplamente beneficiadas pelas políticas da época – legislação bancária e empresarial, política monetária expansionista, aumento das tarifas alfandegárias e redução do custo de importação para a maquinaria –, essas medidas foram o reflexo de ajuda concedida a outros setores considerados prioritários pelo governo. O autor também destaca que algumas medidas foram inclusive prejudiciais às indústrias, como o Acordo Comercial Blaine-Mendonça,

assinado entre o Brasil e os Estados Unidos em 1891. O analista esclarece que o referido acordo concedeu uma série de reduções sobre produtos industriais norte-americanos em troca de ausência de taxação de produtos brasileiros nos Estados Unidos, o que provocou a ira dos industriais brasileiros. Topik (1987, p. 156) também cita alguns dispositivos da Constituição de 1891 como prejudiciais às indústrias, uma vez que, ao transmitir a responsabilidade da cobrança da taxa de exportação do governo federal aos estados, a Carta Magna dificultou a criação de um mercado nacional, “já que todos os produtos passaram a ser taxados na saída dos seus estados de origem, sem distinção entre aqueles destinados à exportação e os que iam apenas para outros estados”. O autor conclui que os principais beneficiários dos programas de Deodoro da Fonseca não foram os empresários industriais, mas os banqueiros.

Floriano Peixoto é geralmente visto como o presidente republicano entusiasta da industrialização; porém, apesar de seus defensores considerarem a expansão das indústrias fundamental para o crescimento da mobilidade social e da independência econômica, o governo de Floriano enfrentou forças políticas e condições econômicas desfavoráveis ao processo de industrialização, uma vez que o pensamento dominante à época era de que a federação e o *laissez-faire* eram vitórias da fundação da República. Embora não tenha demonstrado apoio à indústria através de sua política monetária e orçamentária, Floriano não se negou a socorrer a atividade manufatureira. Uma das principais medidas do presidente foi o aumento das tarifas alfandegárias, isenção de tarifas incidentes sobre matérias-primas e máquinas necessárias para a indústria em 1892. O governante também reduziu muitas das vantagens concedidas aos Estados Unidos através do Tratado Blaine-Mendonça, aumentando impostos e aplicando taxa sobre a importação de produtos isentos (TOPIK, 1987).

Topik (1987) salienta que provavelmente a medida mais importante e totalmente inédita em apoio à indústria adotada pelo governo de Floriano tenha sido a concessão de um empréstimo aos manufatureiros em 1892, considerado o primeiro financiamento para o desenvolvimento industrial brasileiro. A indústria passou por uma fase de grande crescimento no fim da década de 1880 e no início da de 1890; esse êxito, contudo, devia-se mais à maior disponibilidade de recursos, à moeda brasileira mais barata e à febre do mercado de ações do que à política tarifária e a empréstimos públicos. O autor sustenta que o impacto dessa primeira explosão foi duplo: por um lado, a capacidade industrial instalada aumentou e o setor industrial assumiu uma importância econômica e política nunca antes vista no Brasil, não sendo mais possível ignorá-lo; por outro, os efeitos secundários das novas políticas ficaria pesando sobre a economia e influenciando o pensamento político até o final da República, como a inflação, a queda do mil-réis e a falta de confiança dos investidores estrangeiros.

Topik (1987) ressalta que os governos subsequentes tentaram recuperar o valor do mil-réis e equilibrar o orçamento, medidas que dificultariam novas ajudas às indústrias, além de salientar que, após a experiência de intervenção do Estado, a expansão da moeda ficou desacreditada.

No entanto, as necessidades do Tesouro Nacional impediram que os presidentes paulistas que sucederam Floriano acabassem com o favorecimento das indústrias, tendo em vista que 70% de todas as receitas federais provinham das tarifas de importação, sendo impossível adotar uma política de livre-comércio, conforme amplamente defendido por Joaquim Murtinho, que sustentava que o protecionismo aumentava o custo de vida, elevava o custo da mão de obra e, conseqüentemente, enfraquecia a capacidade de competição do Brasil na exportação. Para Murtinho, apenas as indústrias naturais – na sua definição, as que tivessem capacidade de produzir resultados ótimos em relação ao capital investido, com o preço mais baixo de um regime de livre concorrência – mereciam sobreviver no Brasil (TOPIK, 1987).

Em 1895, as tarifas para importação eram relativamente elevadas, tendo o Congresso aprovado em 1898 uma tarifa mais liberal; não obstante, quando as receitas continuaram caindo, o Congresso não hesitou em retomar as tarifas mais protecionistas. Topik (1987) aponta que, apesar do maior protecionismo obtido com a política seguida pelo governo, que incluía tarifas alfandegárias como porcentagem do preço final, o preço real em mil-réis dos produtos importados foi diminuindo. Ainda que a preocupação principal de Murtinho fosse recuperar o crédito externo do Brasil e voltar ao padrão-ouro, relegando a importância da indústria a um segundo plano, o setor manufatureiro portou-se bem nos governos de Campos Sales e de Rodrigues Alves. O crescimento industrial nessa época decorreu de fatores independentes da política oficial, como os baixos preços do café e a proibição de novos cafezais, o que desviou elevada soma de capitais para as indústrias, e a entrada de capitais estrangeiros no Brasil após o fim da depressão mundial da década de 1890, bem como a estabilização do mil-réis (TOPIK, 1987).

Com a posse de Afonso Pena na presidência da República, em 1906, a aceitação da indústria como parte necessária da economia nos círculos oficiais aumentou. Topik classifica Afonso Pena como o “presidente industrial” e afirma que ele era bem diferente de seus três antecessores, pois possuía uma mina de ouro e uma grande indústria de tecelagem em Minas Gerais, divergindo de Joaquim Murtinho. A crise do café na virada do século XIX fez com que os fazendeiros de café – os quais, embora tivessem investimentos em fábricas, eram geralmente hostis à indústria como um todo – aceitassem bem a nova orientação federal em

prol da industrialização. Entretanto, o autor ressalta que a onda intervencionista depois de 1906 foi guiada muito mais por interesses agrícolas do que por interesses industriais (TOPIK, 1987).

Conforme a população e o produto nacional bruto (PNB) cresceram, o mercado interno assumiu maior importância dentro do governo, enquanto, na mesma época, os mercados internacionais enfraqueciam. Topik (1987) informa que, entre 1889 e 1912, a população brasileira aumentou em quase dois terços, as cidades cresceram rapidamente e o PNB triplicou. Nesse contexto, a preocupação do governo com o mercado interno aumentou; não obstante, ainda havia muita oposição à intervenção econômica em forma de proteção tarifária, sobretudo por parte dos consumidores urbanos. Ainda assim, as tarifas foram elevadas, especialmente porque, em 1900 e 1901, muitos industriais alegavam que o crescente valor do mil-réis teria anulado a proteção tarifária (TOPIK, 1987).

As indústrias também receberam outros benefícios, como os concedidos pela Caixa de Conversão, que fornecia proteção com a estabilização do mil-réis a um nível relativamente baixo e expandia o meio circulante, resultando em maiores facilidades de crédito para o sistema bancário. Ademais, o influxo de capitais estrangeiro contribuiu para o *boom* industrial e para a ajuda prestada pelo Estado. Topik (1987) observa que, entre 1905 e 1914, o Brasil recebeu o maior influxo de investimentos estrangeiros de sua história antes da Segunda Guerra Mundial. O autor argumenta que a ajuda direta e indireta do Estado – somada à crise do café e aos investimentos externos – foi o fator responsável pela acelerada industrialização durante a Primeira República, fornecendo dados sobre o setor manufatureiro a fim de corroborar sua afirmação. A título de ilustração, colacionam-se alguns desses dados:

O censo de 1920 mostrou que 29% das indústrias então em operação tinham sido implantadas entre 1905 e 1914; elas tinham 24% de todo o capital e contribuíam com 27% da produção. Esses números, entretanto, subestimam o verdadeiro crescimento daquele período, por não levar em consideração a expansão das indústrias já operando anteriormente. A produção das fiações, seu capital, número de fusos, teares e operários mais que dobrou entre o período de 1902-1906 e 1914. De todos os equipamentos de fiação e tecelagem em operação em 1945, metade tinha sido instalada antes de 1915. Outros setores também ampliaram sua capacidade produtiva. As importações de bens de capital em 1912 foram três vezes maiores que em 1906. Na mesma época a produção de alimentos para o mercado interno também crescia muito (TOPIK, 1987, p. 171).

A visão de Topik (1987) sobre a Primeira Guerra Mundial aproxima-o do pensamento dos teóricos da industrialização induzida pelas exportações. O autor admite que a guerra causou uma aceleração do crescimento industrial, no entanto, afirma que isso se deu muito mais em função das mudanças temporárias na economia mundial do que de medidas tomadas

pelo Estado. O autor inclusive estranha a pouca preocupação do governo brasileiro com o desenvolvimento industrial durante a guerra, considerando o ambiente favorável à indústria nos anos que precederam o conflito mundial. Enquanto a Europa e os Estados Unidos reagiram à guerra aumentando sua presença econômica e estimulando a produção industrial, o Brasil aderiu à política de *laissez-faire* e, posteriormente, restringiu sua intervenção à ajuda aos cafeicultores. A única exceção foram poucos setores industriais que eram considerados importantes para a segurança nacional, como as indústrias pesadas de ferro, aço e carvão. É importante ressaltar, contudo, que, assim como Peláez (1972), Topik (1987) reconheceu a grande importância dos investimentos estrangeiros para a implantação dessas indústrias, tendo em vista a pouca disposição dos capitalistas nacionais em investir nesses setores.

Sobre o embate entre a teoria dos choques adversos e a teoria da industrialização induzida pelas exportações, Topik (1987) entende ser inegável o fato de que a Primeira Guerra Mundial provocou uma crise dramática no custo das importações, o que permitiu que os produtos nacionais ocupassem mercados, aumentassem seus preços e obtivessem sólidos lucros. Nesse sentido, para o autor, o “choque negativo” da guerra incentivou a industrialização. Topik pondera, por outro lado, que, tendo em vista que o mercado e a capacidade produtiva já existiam antes da guerra, deviam ser considerados consequência das exportações, o que torna seu pensamento mais alinhado com o de Peláez (1972).

O autor sustenta que a capacidade limitada do Brasil de importar durante a Primeira Guerra Mundial impedia a importação de bens de capital. No entanto, não se observou a implantação de significativas indústrias de bens de capital no país à época. Topik (1987) esclarece que o capital acumulado ao longo do conflito permitiu a importação de grandes quantidades de bens de capital após 1918 e que, dessa forma, houve um processo que levou à industrialização em duas fases: proteção contra a concorrência estrangeira e acumulação de capital seguida pela oportunidade de transformar o capital acumulado em investimento através das importações.

Topik (1987) também parece enxergar uma relação de complementaridade entre o café e a indústria. O autor afirma que, embora a defesa do café tenha retirado algum capital da indústria, ela, ao mesmo tempo, ajudou a dobrar o PNB entre 1918 e 1928, ampliando o mercado interno. O analista também destaca que a defesa do café melhorou as condições de comércio exterior do Brasil, facilitando a entrada de capitais estrangeiros, os quais assumiram uma função importante no crescimento industrial depois da Primeira Guerra Mundial. Topik (1987) observa que incentivos fiscais e concessões especiais eram atrativos para algumas empresas estrangeiras, porém os maiores estímulos para investir no Brasil eram o crescente

mercado doméstico, as barreiras tarifárias protecionistas e a oportunidade de aquisição de empresas nacionais a preços baixos devido à queda do mil-réis. Ainda que filiais de empresas estrangeiras no Brasil não trouxessem muitas vantagens ao país, uma vez que estavam subordinadas aos interesses internacionais da matriz, elas aumentaram a capacidade produtiva da indústria brasileira e, progressivamente, passaram a produzir mais no país.

Não restam dúvidas, para Topik (1987), de que houve uma substancial industrialização no Brasil durante a Primeira República, em parte devido à política do Estado – consubstanciada nas barreiras tarifárias e no mil-réis barato –, e não apenas em razão do efeito multiplicador da expansão do setor exportador. O autor observa, contudo, que, enquanto a política oficial estimulava o crescimento de pequenas indústrias, ao mesmo tempo inibia o aparecimento de um setor dinâmico, moderno e integrado verticalmente. Não havia planejamento e tampouco empenho do governo brasileiro para coordenar o desenvolvimento de indústrias complementares. Conforme exposto anteriormente, as únicas exceções eram os setores considerados vitais para a segurança nacional.

De acordo com o autor, a importância do café para o desenvolvimento industrial também apresentava limites, tendo em vista que o setor cafeeiro utilizava poucas máquinas agrícolas – as quais eram geralmente importadas –; o grande reflexo industrializante foi causado pelas ferrovias, porém, elas importavam a maior parte dos seus insumos. O consumo do café estimulou o aparecimento de pequenas instalações de torrefação e de moagem, mas esse número era tímido. Topik (1987) destaca que os produtos agrícolas plantados para o mercado interno tiveram maior contribuição para a industrialização, referindo que o açúcar, o algodão, o gado, o tabaco e o mate alimentaram a maior parte das mais importantes indústrias brasileiras, as quais, no entanto, não proporcionaram grandes reflexos nas indústrias de equipamentos, uma vez que utilizavam máquinas primitivas.

O autor ressalta que, embora algumas indústrias de base tenham obtido consideráveis progressos, o setor seguiu subdesenvolvido e incapaz de motivar o crescimento autossustentado da indústria, com exceção da energia elétrica, que também dependeu de capitais estrangeiros. Topik (1987) pondera que, apesar de a política industrial do Brasil ter diminuído a dependência do país, tendo em vista que muitos bens antes importados passaram a ser produzidos localmente, a industrialização brasileira foi feita a partir da substituição de importações de produtos praticamente acabados, os quais eram menos rentáveis e tinham menor reflexo na criação de demanda industrial. O autor conclui que o setor industrial cresceu sem se tornar mais integrado e mais independente. A única mudança foi a forma da dependência, pois agora o Brasil dependeria da importação de bens de capital e de

componentes estrangeiros, o que aumentou o poder econômico e político de empresários estrangeiros no país.

Os empresários industriais brasileiros não contestaram o conceito básico da vocação agrícola do país, pelo contrário, foram os primeiros a se opor à criação de uma indústria nacional de bens de capitais, preferindo importar maquinaria. Ademais, os industriais não se impuseram como uma classe independente, dependendo de seus aliados agricultores, e, conseqüentemente, o Estado só tomou medidas a favor da manufatura quando estas também beneficiaram outros setores. Topik (1987) sustenta que a maior parte das intervenções do governo federal em benefício da indústria tinham o objetivo de atender a agricultura e o Tesouro Nacional, o que fez com que o setor industrial brasileiro continuasse relativamente insignificante e primitivo. O autor finaliza afirmando que a indústria havia nascido nos intervalos da economia exportadora e que a política oficial pretendia mantê-la nessa posição secundária. Para Topik (1987), o avanço da atividade econômica no Brasil não foi causado por choques externos, como defendido por Furtado, e tampouco pela industrialização ou pela formação de uma classe média e operária politizadas, como sustentado pela maioria dos estudiosos; segundo o autor ele foi um produto da própria economia exportadora.

4 AS MEDIAÇÕES DO DEBATE ORIGINAL

4.1 O PAPEL DA POLÍTICA TARIFÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DE FLÁVIO VERSIANI E MARIA TERESA VERSIANI

Até a década de 1970, as explicações acerca do crescimento industrial do Brasil na Primeira República dividiam-se nas duas teorias até agora abordadas, a dos choques adversos e a da industrialização induzida pelas exportações. No entanto, ambas as teses mostravam-se incapazes de elucidar adequadamente os diferentes momentos desse processo (SAES, 1989). Em seu artigo *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição*, Flávio Versiani e Maria Teresa Versiani (1977) afirmam que o revisionismo de Peláez às teorias cepalinas começa a ser revisto; o trabalho dos autores, contudo, pode ser considerado o mais representativo nessa linha (FONSECA; SALOMÃO, 2017).

Versiani e Versiani (1977) entendem que, nas interpretações correntes do processo de industrialização anterior a 1930, há uma tendência a atribuir importância predominante a períodos de aumento de produção – como a Primeira Guerra Mundial – ou de aumento da capacidade produtiva – período anterior ao primeiro conflito mundial. Sustentam, no entanto, que a preocupação em identificar “surtos” não conduz a uma visão completa do processo, pois, a partir do estudo da indústria têxtil algodoeira, observaram que a evolução desse setor caracterizou-se pela sucessão de fases distintas de expansão da capacidade produtiva e de aceleração da produção. A questão levantada gera outros pontos que merecem a investigação dos pesquisadores: a importância da proteção tarifária como fator de estímulo à industrialização; a importância do período do Encilhamento em relação ao crescimento da capacidade produtiva; o papel da Primeira Guerra Mundial no desenvolvimento da indústria têxtil e a análise do aumento da capacidade produtiva na década de 1920.

Os autores questionam-se por que o investimento na produção manufatureira tornou-se mais atrativo em relação ao investimento na atividade agrário-exportadora. Não obstante, essa questão coloca um problema, uma vez que o aumento da capacidade da indústria brasileira envolvia a importação substancial de bens de capital. Dessa forma, torna-se relevante investigar quais são os períodos mais importantes para o desenvolvimento da produção interna: os de crescimento da produção ou os de aumento da capacidade produtiva. Versiani e Versiani (1977) criticam a interpretação dos choques adversos, que prioriza os períodos de crescimento da produção – como a Grande Depressão e a Primeira Guerra Mundial –, por entenderem que essa análise tradicional, ao enfatizar a importância das fases de maior substituição de importações, acaba negligenciando períodos anteriores de formação da

capacidade produtiva. Os autores destacam, por outro lado, que as fases de grande crescimento da produção industrial não são fenômenos neutros do processo de industrialização.

Ao estudarem a evolução da indústria têxtil, Versiani e Versiani (1977) constataram a oposição de fases de expansão da capacidade produtiva e períodos de aumento da produção. Em relação a essa alternância de períodos, sobressaem-se dois pontos: as variações da taxa de câmbio como um dos principais fatores determinantes do processo e o efeito dessas oscilações sobre os importadores. Não restam dúvidas de que as flutuações da taxa cambial tinham efeitos opostos em relação aos importadores e aos produtores nacionais, uma vez que seus interesses eram, via de regra, antagônicos. Nesse cenário, torna-se adequado supor que parte dos importadores, a fim de minimizar suas perdas com as mudanças cambiais, tenha decidido investir na produção interna.

Com base nos estudos de Dean (1971), Versiani e Versiani (1977) verificam a presença significativa dos importadores de tecido no investimento da indústria têxtil em sua origem. Além de conhecerem o mercado consumidor e as redes de comercialização, os importadores possuíam acesso mais direto ao crédito dos bancos europeus, os quais representavam financiadores importantes do comércio importador. Contudo, uma vez que a produção manufatureira surgiu como subsidiária da importação, servindo para minimizar os riscos trazidos pelas oscilações da taxa de câmbio, os proprietários das indústrias têxteis não tinham as mesmas características do empresário industrial capitalista, o que se traduzia numa ineficiência gerencial devido à excessiva diversificação de atividades dos primeiros.

Com base nos dados acerca da criação de fábricas de tecido de algodão no Brasil, os pesquisadores identificaram quatro períodos de maior concentração relativa de investimentos nesse setor até 1914: a) o primeiro foi a década de 1840, que pode ser associado à reforma tarifária de 1844 e a um decreto de 1846 que facilitou a importação de equipamento têxtil; b) o segundo período, de 1870 a 1875, correspondeu à fase de criação de fábricas de relativa importância na região do Rio de Janeiro e de algumas fábricas no interior de São Paulo, podendo ser explicado pelo *boom* de produção do final da década de 1860 causado pela expansão monetária que acompanhou a Guerra do Paraguai; c) o terceiro, de 1885 a 1895, foi de intenso investimento em manufatura têxtil, com expressivo número de fábricas fundadas e aumento da capacidade nas unidades produtivas já existentes; por fim, d) o período que vai de 1905 até 1914, início da Primeira Guerra Mundial, no qual se verificou novamente um aumento acelerado da capacidade produtiva, possibilitado pelo processo típico de substituição de importações que o precedeu (VERSIANI; VERSIANI, 1977).

Os períodos acima referidos viabilizaram a constituição de um estoque de equipamentos que permitiu que os produtores resistissem às fases subseqüentes de importações mais caras, as quais, por seu turno, corresponderam a períodos de expansão de produção e de lucros, possibilitando investimentos posteriores. Observa-se, portanto, que os períodos de surtos de investimentos e de produção intercalaram-se (VERSIANI; VERSIANI, 1977).

Os dados históricos parecem confirmar a hipótese de que as variações da taxa de câmbio influenciaram os investimentos na indústria têxtil; desse modo, os surtos de investimento ocorreram em períodos de câmbio valorizado, os quais possibilitaram as importações de maquinaria, seguidos por surtos de produção, quando o câmbio se encontrava desvalorizado. Outro fator que contribuiu para a industrialização têxtil foi a proteção tarifária, embora os autores afirmem que há uma tendência a minimizar o efeito estimulante que as tarifas produziram no processo de substituição de importações. Versiani e Versiani (1977) não têm dúvidas de que o principal objetivo da imposição de tarifas era a mobilização de receitas para o governo, no entanto, várias reformas tarifárias buscaram introduzir medidas de incentivo à produção local.

Versiani e Versiani (1977) chamam a atenção para o exame do papel do Encilhamento no período inicial de expansão da indústria têxtil; embora Fishlow (1972) faça referência às possibilidades de captação de recursos à época, sustentando que a grande atividade financeira nesse período teve, além de elementos especulativos, muito de substancial e duradouro – o que restaria demonstrado pelo aumento extraordinário de capital das indústrias têxteis na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro –, os autores argumentam que, com base nos dados disponíveis, essa expansão de capital parece ter sido feita, em grande parte, muito mais em função da incorporação de reservas e de conseqüente distribuição de bonificações do que de novas chamadas de capital. Dessa forma, apesar de reconhecerem que, provavelmente, a expansão do crédito e a movimentação do mercado de títulos – típicos do Encilhamento – tenham beneficiado a captação de recursos pelas empresas têxteis preestabelecidas, referem ser quase certo que essa contribuição tenha sido marginal em relação ao reinvestimento de lucros. Outrossim, os pesquisadores concluem que o período do Encilhamento parece ter tido um impacto muito limitado no aumento da capacidade da indústria têxtil (VERSIANI; VERSIANI, 1977).

A Primeira Guerra Mundial recebe interpretações diversas sobre seu papel no processo de industrialização do Brasil. Enquanto os defensores da teoria dos choques adversos a veem como o grande impulso inicial da industrialização, os adeptos da teoria da industrialização

induzida pelas exportações – comumente chamados de revisionistas – entendem que o primeiro conflito mundial teria desacelerado o ritmo em que vinha se processando o crescimento industrial. Fishlow (1972), por seu turno, ressalta a importância desse período de grande lucratividade para os produtores internos, com relação aos grandes investimentos realizados após a guerra, o que, na opinião de Versiani e Versiani (1977), corresponde à perspectiva correta. Os autores utilizam o exemplo da Companhia Cedro e Cachoeira a fim de ratificar sua afirmação de que os grandes lucros obtidos durante a Primeira Guerra Mundial estimularam investimentos no momento posterior. Segundo os analistas, a referida empresa não conseguia sequer pagar os juros de suas dívidas em 1913; contudo, graças à guerra, a situação financeira da companhia modicou-se de tal maneira que, a partir de 1918, foi possível inclusive fazer melhoramentos na fábrica. Versiani e Versiani (1977) defendem, ainda, que, para muitas firmas, o período imediatamente anterior ao conflito mundial foi uma época de crise – nesse sentido, verifica-se que as condições desfavoráveis aos produtores internos vinham manifestando-se desde 1911. Essa observação, consoante os autores, põe em dúvida o argumento revisionista de que a Primeira Guerra Mundial teria interrompido um crescimento industrial anterior; os pesquisadores sugerem, ao contrário, que o conflito pode ter sido uma salvação para muitos produtores.

A década de 1920, apesar de ser normalmente considerada um período sem expressividade no que se refere à industrialização, correspondeu a um período de aumento na capacidade produtiva. Dessa forma, a extensão da capacidade instalada durante essa década teve efeitos significativos nos anos de grande expansão da demanda após a Grande Depressão e, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial (VERSIANI; VERSIANI, 1977).

Versiani e Versiani (1977, p. 141) sustentam, por fim, que as duas principais teorias sobre a industrialização brasileira – teoria dos choques adversos e industrialização induzida pelas exportações – são incompletas, pois, segundo os analistas, os choques adversos não teriam tido o impacto que tiveram se não tivessem sido precedidos por fases de formação de capacidade produtiva; a interpretação da industrialização como resultado direto da expansão das exportações, por sua vez, aparece como “notoriamente insuficiente e simplista”. As fases de substituição de importações ocasionadas por dificuldade no setor externo são de considerável importância, uma vez que, conforme exposto anteriormente, nas fases iniciais do processo de expansão industrial, os industriais não possuíam uma identidade própria, principalmente devido ao fato de que a atividade manufatureira era subsidiária à importação. Assim, os períodos de ampliação de produção e de lucratividade parecem ter atraído um número maior de investidores para a indústria, fortalecendo a posição dos industriais no

quadro de forças políticas. Os autores depreendem que os surtos de expansão de produção teriam marcado mais do que uma mudança quantitativa no processo de industrialização, mas também uma mudança na constituição setorial da indústria, com a “diminuição gradativa de importância dos bens de consumo de massa, até então predominantes” (VERSIANI; VERSIANI, 1977, p. 142)

4.2 FISHLOW E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO FINAL DO SÉCULO XIX

Nas décadas de 1970 e 1980, vários autores, direta ou indiretamente, tomaram partido no embate entre as teorias desenvolvidas por Celso Furtado e por Carlos Manuel Peláez. O trabalho de Fishlow (1972) é considerado como sendo mais alinhado à interpretação presente em *Formação Econômica do Brasil* (FONSECA; SALOMÃO, 2017). Saes (1989, p. 25) pondera que, embora Fishlow acabe por endossar a teoria dos choques adversos – com algumas qualificações –, o autor não refuta a interpretação da industrialização induzida pela expansão das exportações.

Fishlow (1972) destaca o trabalho desenvolvido pela CEPAL acerca da estratégia de industrialização por substituição de importações; o autor ressalta, porém, a ausência de atenção empírica às diferentes fases do próprio fenômeno e suas respectivas características. Propõe-se o pesquisador, então, a analisar o desenvolvimento histórico do processo de substituição de importações a partir das seguintes proposições: a) o primeiro processo de substituição de importações ocorreu na década de 1890 como consequência das finanças inflacionárias, sem influência da proteção tarifária; b) a importância da substituição de importações durante a Primeira Guerra Mundial deveu-se aos impulsos que forneceu à demanda, que, embora não tenha sido acompanhada por aumentos significativos na capacidade produtiva, gerou lucros que foram utilizados posteriormente para a realização de investimentos; c) a Grande Depressão foi importante para produzir uma maior taxa de crescimento assim como uma maior variedade de bens, entretanto, representou uma substituição tecnologicamente inferior; e d) a evolução após a Segunda Guerra Mundial foi relativamente modesta, uma vez que as maiores reduções no coeficiente agregado de importações já haviam ocorrido anteriormente. Contudo, o período destacou-se pela “maior sofisticação da industrialização, pelo aumento na intensidade de capital e pelo papel orientador da política pública” (FISHLOW, 1972, p. 07).

No fim do século XIX, os têxteis e alimentos eram os principais componentes do setor industrial brasileiro. No setor alimentício, a substituição nunca teve um papel marcante; não obstante, na indústria têxtil, os tecidos de algodão foram o primeiro exemplo relevante de industrialização por substituição de importações. Embora houvesse disponibilidade local de algodão bruto, a produção brasileira de tecidos de algodão estava limitada a cerca de 50 fábricas em 1885, representando pouco mais de 10% do consumo nacional; vinte anos mais tarde, a produção interna já alcançava 60% do consumo. Entre 1895-99, as importações caíram substancialmente, o que levou Fishlow (1972) a afirmar que é possível que essa substituição de importações tenha representado praticamente toda a fonte do crescimento da indústria interna.

Fishlow (1972) afirma que as origens e o comportamento do primeiro processo de substituição de importações traçam um padrão que, além de não ter sido planejado, foi – em algumas circunstâncias – contrário à política. O autor relaciona o Encilhamento com o crescimento da indústria têxtil na década de 1890, ressaltando que esse período proporcionou uma grande expansão na quantidade de crédito disponível e que, conseqüentemente, o número e a capitalização das novas empresas industriais responderam rapidamente a esses incentivos. Embora haja a crítica de que o Encilhamento criou empresas artificiais, o autor refere que esse julgamento ignora as conseqüências permanentes desse estímulo temporário à iniciativa empresarial brasileira.

Em relação à política cambial, o autor observa que, até junho de 1891, a taxa de câmbio manteve-se baixa, o que favoreceu a aquisição de produtos importados pelos consumidores e de bens de capital pelos empresários industriais. As importações de bens de capital da Inglaterra aumentaram cerca de 70% entre 1885-89 e 1890-94. Após 1893, a taxa de câmbio passou a aumentar e, conseqüentemente, as importações tornaram-se mais caras e a obtenção de crédito foi dificultada, o que facilitou o processo de substituição de importações. Fishlow (1972) aponta que a desvalorização real da moeda estimulou as exportações; não obstante, o preço mundial do café estava em queda, tendo sido reduzido pela metade entre 1893 e 1898. Dessa forma, a despeito da desvalorização cambial, as rendas do setor cafeeiro não foram mantidas.

O cenário anteriormente descrito abriu perspectivas para investimentos em atividades substituidoras de importações, destacando-se como empreendedores, nesse movimento, os importadores, conforme já apontado por Dean (1971). Fishlow (1972) também ressalta outro aspecto da desvalorização cambial: uma vez que o aumento da taxa de câmbio se deu durante uma expansão inflacionária, a substituição de importações beneficiou-se tanto de custos reais

decrecentes quanto de preços crescentes. Num surto inflacionário, pode-se presumir que há uma defasagem dos salários em relação ao custo de vida, o que reduz a despesa real por unidade de trabalho; por outro lado, o preço do produto aumenta mais do que os demais preços – esse fenômeno geralmente ocorre com um produto substituto potencial de importação durante uma desvalorização real –, o que faz com que a margem de lucro aumente consideravelmente. Dessa forma, tem-se que, à época, os recursos fluíram pela primeira vez, em um volume significativo, para as indústrias locais, segundo o autor.

Em relação à política tarifária, Fishlow (1972, p. 15) afirma que:

As tarifas, instrumento direto de política para influenciar a atividade industrial, embora ostensivamente incentivassem a substituição de importações, na realidade não o fizeram. Apesar das taxas oficiais *ad valorem* (razões), calculadas com base nos valores oficiais, terem aumentado, as proporções *ad valorem* verdadeiras declinaram. Os valores oficiais foram convertidos à taxa de câmbio de 1890 e ficaram muito abaixo do que realmente prevaleciam no mercado. Apesar da imposição de várias sobrecargas compensatórias, a receita aduaneira real como uma proporção do valor das importações declinou irregularmente de 39% em 1890 para uma média inferior a 30% entre 1895 e 1899.

Conforme já exposto anteriormente, percebe-se que Fishlow (1972), ao contrário de Versiani e Versiani (1977), entende que a proteção tarifária não influenciou o primeiro surto de substituição de importações e, conseqüentemente, a indústria doméstica. O posicionamento do autor acerca dos efeitos do Encilhamento também é divergente dos autores anteriormente citados, uma vez que Fishlow afirma que a manutenção do crédito interno, na fase inicial da industrialização foi, provavelmente, mais importante do que a proteção tarifária.

Fishlow (1972) estende sua análise das tarifas para o período posterior a 1900, conhecido como “Idade do Ouro” – frequentemente atribuída à tarifa de 1900 –, que correspondeu a anos de crescimento da indústria têxtil¹³. No entanto, mesmo com a adoção de tarifas protecionistas, as importações lograram recuperar-se e, em 1911-13, voltaram a atingir os níveis do início dos anos 1900, o que Fishlow atribui à taxa de câmbio. Não obstante a redução na proteção de fato, a produção têxtil resistiu bem à competição estrangeira, o que pode ser explicado pelo aumento da produtividade da indústria.

O autor entende que o comportamento dos preços relativos, apesar de explicar a queda do coeficiente de importações entre 1905 e 1914, é insuficiente para explicar as altas taxas de crescimento da produção. Fishlow (1972) aduz que a explicação mais plausível parecer ser o

13 Abolida em 1891, a quota-ouro foi restabelecida pela Lei n.º 559, de 31 de dezembro de 1898, na alíquota de 10%, a qual foi posteriormente elevada a 15% pela Lei n.º 581, de 20 de junho de 1899. No ano seguinte, foi publicado o Decreto n.º 3.617, de 19 de março de 1900, que aprovou a revisão da tarifa das alfândegas e mesas de renda (LUZ, 1978).

aumento na demanda associado aos aumentos na renda. Dessa forma, a recuperação dos preços do café – e da renda do setor cafeeiro – provavelmente desempenhou um papel significativo a partir de 1905. O autor afirma que a demanda por produtos industriais estava – possivelmente – intimamente relacionada ao destino do setor cafeeiro, assim como a taxa de crescimento industrial. Fishlow (1972, p. 17) destaca a mudança do papel do setor externo: “inicialmente, os reduzidos níveis da capacidade para importar e do comércio internacional tinham sido críticos para o estabelecimento da indústria; agora, era o seu crescimento que atuava como um fator positivo”. Saes (1989) afirma que a tese da industrialização induzida pelas exportações está presente na análise do crescimento industrial do período 1905-13 de Fishlow (1972), o que pode ser corroborado pelo trecho citado acima.

O período seguinte, 1914-18, correspondeu ao segundo surto de substituição de importações. Fishlow (1972) pondera as interpretações sobre a Primeira Guerra Mundial no processo de industrialização feitas por Roberto Simonsen e por Warren Dean; o primeiro defendeu que a expansão industrial observada durante o conflito mundial foi consideravelmente maior do que a observada no pré e no pós-guerra, porém utilizando um método que foi posteriormente criticado pelo segundo autor. Dean (1971), no entanto, também se equivocou, de acordo com Fishlow, ao não dar a devida importância para a influência favorável que a guerra teve sobre a produção, que se expandiu principalmente graças à substituição de importações. O autor também ressalta o aumento dos lucros decorrentes do grande aumento de preços, possível apenas devido à inflação durante o conflito mundial, e afirma que o crescimento da indústria não estava restrito ao setor têxtil.

Fishlow (1972) aponta que a expansão industrial verificada durante a Primeira Guerra Mundial é nitidamente superior à observada na década de 1920 e que, embora não constitua um ponto de referência para o estabelecimento da industrialização brasileira, a demanda criada durante o período não pode ser desprezada. O autor alega que as críticas direcionadas ao nível reduzido de investimento durante a guerra desconsideram o papel dos lucros crescentes no financiamento da formação de capital após o conflito e os estímulos garantidos pela demanda para a aquisição de novo maquinário. Verifica-se que as grandes importações de maquinaria mais moderna no começo da década de 1920, assim como o início da produção local de aço e cimento no Brasil, deram-se após a Primeira Guerra Mundial. Para Fishlow (1972), portanto, o choque exógeno causado pela guerra permitiu a utilização do excesso de capacidade anterior e fez com que o processo de industrialização avançasse. Saes (1989) observa que, enquanto Fishlow entende que, durante o período de 1905-13, o crescimento

industrial foi induzido pelas exportações, sua interpretação para a Primeira Guerra Mundial é de que a industrialização surgiu como fruto de um choque adverso.

O pesquisador sintetiza que, por volta de 1919, a indústria brasileira havia atingido uma autonomia substancial na produção de bens de consumo. A indústria alimentícia era protegida por tarifas e dependia principalmente dos insumidos providos pela agricultura local. Fishlow (1972, p. 19) afirma que “os têxteis tinham alcançado a dominação nacional através de um processo em fases de substituição de importações e crescimento da renda, e embora ainda exigissem proteção para competir, mostravam sinais de possível vitalidade”. No entanto, a produção industrial, como um todo, ainda era “limitada e não-sofisticada”, uma vez que mais de 80% do seu valor adicionado derivava de bens de consumo e, um terço, apenas do processamento de alimentos. Dessa forma, havia uma grande dependência de importações de bens de capital e intermediários (FISHLOW, 1972).

A partir de dados obtidos do Censo Industrial de 1920 para o ano de 1919 – distribuição do valor adicionado segundo o uso e importações como porcentagem da oferta total –, Fishlow (1972) afirma que a razão entre o total das importações e a oferta subestima a verdadeira dependência da economia em relação às importações e conclui que a proporção das importações na oferta total de manufaturas em 1919 está consideravelmente subestimada. Para o autor, o Brasil ainda estava muito longe de ter concluído o processo de substituição de importações, o que pode ser verificado pelo tamanho da força de trabalho engajada na produção manufatureira, o qual, segundo o censo demográfico, era de 10% – o que Fishlow alega ser ironicamente utilizado como argumento para defender a difusão da industrialização – e que, corretamente calculado com base no censo industrial, o percentual era de apenas 3,9% do total¹⁴.

O autor sustenta que os dados apresentados anteriormente indicam que, em 1919, as indústrias de bens de capital e intermediário no Brasil possuíam um papel reduzido¹⁵. Fishlow (1972) observa que a difusão da industrialização durante a década de 1920 foi limitada, tendo o setor têxtil expandido-se apenas até 1922-23, enquanto os anos seguintes foram marcados

14 Essa discrepância entre os números deve-se às diferenças encontradas nos censos industrial e demográfico, pois o segundo aparentemente incluiu alfaiates e costureiras no cálculo da mão de obra industrial, tendo essas ocupações sido posteriormente classificadas como serviços (FISHLOW, 1972).

15 Fishlow (1972) critica o exame da extensão da industrialização apresentado por Leff – autor defensor da teoria da industrialização induzida pelas exportações – no artigo *Long-Term Brazilian Economic Development*, de 1969. O analista argumenta que, comparando a descrição inicial da implantação da industrialização brasileira e o exame de sua extensão em 1919, a conclusão de Leff é “simplista e excessivamente revisionista” (FISHLOW, 1972, p. 24). Leff (1969) afirmou que o Brasil experimentou uma industrialização substancial mais cedo do que é geralmente suposto e defendeu que o processo deveu-se a uma rápida expansão do comércio exterior em conjunto com forte apoio governamental – representando pela proteção tarifária –, e não às dificuldades de importar durante a I e II Guerras Mundiais e a Grande Depressão (FISHLOW, 1972).

por crescente participação estrangeira no mercado doméstico. O autor avalia que o desempenho decepcionante da indústria parece ter sido influenciado principalmente pelo forte aumento das importações durante essa década. Entre 1921 e 1928, as importações de bens não-duráveis de consumo aumentaram a uma taxa anual de 15%, já as importações de bens de capital para a indústria local, após um crescimento inicial no período seguinte à Primeira Guerra Mundial, não apresentaram avanço após a metade da década de 1920.

Sobre a controvérsia entre Celso Furtado e Carlos Manuel Peláez, Fishlow (1972) conclui que a política cafeeira não foi provavelmente tão imprescindível para a recuperação inicial da Grande Depressão, conforme defendido por Furtado; no entanto, ela tampouco foi tão insignificante como afirmado por Peláez. Os superávits na balança comercial em 1931 e 1932 deveram-se a reduções muito mais rápidas nas importações do que nas exportações. Para o autor, a redução na capacidade de importar, e não o aumento da demanda internacional, foi a força operativa da recuperação da economia brasileira nos anos 1930.

A renda líquida monetária do setor cafeeiro foi um fator importante para a recuperação inicial após 1929, permitindo o crescimento rápido e contínuo da economia durante a década de 1930. A recuperação da Grande Depressão dependeu, principalmente, do isolamento do mercado doméstico – o qual foi reforçado pela tarifa de 1934, segundo o autor – e de seu restabelecimento. Fishlow (1972) constata que, para o cimento e produtos de aço laminado, a substituição de importações foi um fator muito mais decisivo do que para os têxteis, uma vez que estes já haviam iniciado seu desenvolvimento anteriormente. Embora o cimento e os produtos de aço laminado já fossem produzidos na década de 1920, sua participação no mercado ainda era pequena, o que lhes permitiu obter vantagens grandes e imediatas com a restrição às importações após a crise dos anos 1930.

As indústrias que mais cresceram durante a Grande Depressão foram as de bens intermediários e de capital. Os bens de consumo, exceto os duráveis, já haviam praticamente completado o processo de substituição de importações. Fishlow (1972) também ressalta que o Estado de São Paulo, que em 1919 já mostrava um perfil industrial mais orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais avançados, passou a concentrar ainda mais a produção industrial após a Grande Depressão e, em 1939, já havia assegurado sua posição como centro industrial do Brasil.

Fishlow (1972) conclui que, ao contrário do ocorrido na Primeira Guerra Mundial e em períodos anteriores a esta, a substituição de importações durante a Grande Depressão significou um impulso a uma estrutura produtiva mais sofisticada, o que correspondeu a uma mudança na distribuição das importações em favor de produtos mais especializados e que,

portanto, não poderiam ser prontamente substituídos. A industrialização na década de 1930 foi diversificada e estendida a novos campos, trazendo, em si, algum avanço tecnológico. Durante essa década, o Brasil estendeu significativamente sua entrada na industrialização. As condições internacionais e a anterior superprodução de café aumentaram o preço das importações, o que tornou a substituição interna um campo atraente para o desenvolvimento.

Por ter sido consequência da incapacidade de importar, a industrialização brasileira foi escassa em capital e absorvedora de grandes insumos de trabalho. Por um lado, o crescimento foi viável e lucrativo, tendo representado uma resposta impressionante do país às condições de crise. Porém, Fishlow (1972) ressalta que, a longo prazo, apesar da diversificação horizontal, a industrialização nos anos 1930 pode ter tido consequências mais graves, pois, ao manter uma tecnologia obsoleta nas indústrias de bens de consumo, cujo crescimento da produtividade já tinha sido mínimo nos anos 1920, a Grande Depressão pode ter criado a base para contradições posteriores.

4.3 AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS: SÉRGIO SILVA E JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO

Saes (1989) refere que, em meados dos anos 1970, o entendimento do crescimento industrial como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi consolidado em duas obras, as quais também representaram uma tentativa de solução para o impasse entre a teoria dos choques adversos e a da industrialização induzida pelas exportações: *Expansão cafeeira e origens da indústria*, de Sérgio Silva (1976) – texto original de 1973 – e *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello (1986) – texto original de 1975. O autor argumenta que Silva e Mello entendem que, para compreender a origem da indústria no Brasil, é necessário buscar suas pré-condições no desenvolvimento capitalista da economia cafeeira; dessa forma, a imigração europeia, o trabalho assalariado, a formação do mercado de trabalho e a constituição da burguesia cafeeira – essencialmente mercantil – são elementos presentes em ambas as análises (SAES, 1989).

Silva (1976) considera importante, antes de analisar as relações entre café e indústria, buscar as origens da burguesia industrial. Para o autor, uma grande parte – se não o próprio núcleo – da burguesia industrial na região do café surgiu da emigração europeia. O pesquisador alerta, no entanto, para o equívoco presente em trabalhos de diversos autores que consideram o imigrante desprovido de recursos e a pequena empresa como elementos centrais em suas teses sobre as características da burguesia industrial nascente no Brasil. Silva aponta

que a demonstração desse erro foi feita por Dean (1971), que apontou a distinção entre os imigrantes que se tornaram industriais – pertencentes a famílias de classe média, com instrução técnica e/ou experiência no comércio ou na manufatura, e detentores de alguma forma de capital – e a massa de imigrantes, formada por trabalhadores.

Retomando o trabalho de Dean (1971), Silva (1976) sintetiza que grande parte dos principais representantes da burguesia industrial nascente chegou ao Brasil como imigrante no fim do século XIX e trabalhou como importador. O núcleo dessa burguesia é composto por burgueses imigrantes que enriqueceram no comércio, atividade que possuía uma posição dominante na economia brasileira à época. O autor também chama a atenção para o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira, o que facilitou uma certa fusão de capitais.

Acerca da controvérsia entre as teorias que sustentam a existência de complementaridade entre café e indústria e as teses que veem o café como obstáculo à industrialização, Silva (1976) defende que ambas, de forma dialética, situam-se num mesmo plano. No entanto, o autor rejeita a tese inicial de Dean (1971) e de Peláez (1972), que estabelece uma relação inequívoca entre a expansão do setor exportador e a industrialização. Para Silva, as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, unidade e contradição. A unidade justifica-se pelo fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão do café provocou o surgimento – e um certo desenvolvimento – do setor manufatureiro; já a contradição está presente nos limites impostos ao desenvolvimento industrial pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital (SILVA, 1976).

Ao analisar a contribuição de Silva (1976), Saes (1989) refere que a crise da economia cafeeira tem, simultaneamente, efeitos positivos e negativos sobre a indústria. Tendo em vista que a crise provoca a desvalorização cambial, ela atua como proteção à produção nacional, no entanto, também diminui a possibilidade de investimento pelo encarecimento das importações. Se por um lado a crise desemprega trabalhadores dos cafezais, por outro, ela amplia a reserva de trabalhadores para a indústria no mercado urbano de trabalho. O mesmo aplica-se à política tarifária, pois, se as tarifas alfandegárias aumentam – para compensar a queda da receita do governo –, a produção nacional é protegida, porém, mais uma vez, o investimento é bloqueado pelo aumento dos preços das importações de maquinário industrial. Percebe-se, portanto, que, nas relações entre café e indústria, “manifesta-se invariavelmente o caráter contraditório aqui exposto” (SAES, 1989, p. 32).

Saes (1989) destaca, por outro lado, que o nascimento da indústria, para Silva (1976), resulta das contradições intrínsecas ao desenvolvimento da economia cafeeira, sobretudo do desequilíbrio externo. Durante o período estudado, a crescente dívida externa e as bruscas variações das cotações internacionais do café demonstram a dependência comercial e financeira da economia brasileira em relação ao exterior, problema que é agravado com o desenvolvimento do capitalismo. Silva (1976) observa que a política fiscal adotada a partir do *funding loan*, junto com o programa de valorização do café, tornou-se um dos principais instrumentos da política econômica brasileira, bem como serviu de orientação para que caminho a burguesia industrial nascente deveria buscar, uma vez que implicava uma certa distribuição do consumo interno entre produção doméstica e importações.

Os interesses fiscais da burguesia industrial nascente eram diferentes da política adotada pelo governo federal, diretamente controlado pela grande burguesia cafeeira. Os industriais pleiteavam tarifas alfandegárias que distinguissem produtos que possuíam ou não similares nacionais e lutavam pelo estabelecimento de um sistema alfandegário que facilitasse a aquisição de equipamentos no exterior para expandir suas fábricas. Para assegurar a reprodução do capital ao nível nacional, o governo conduzia uma política econômica que favorecesse, até certo ponto, a indústria local; não obstante, os efeitos industrializantes dessa política eram limitados pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro. Silva propõe-se a mostrar que os aspectos contraditórios das relações entre o capital cafeeiro e o capital estrangeiro, de um lado, e o capital industrial, de outro, são “a manifestação da contradição própria às formas de reprodução do capital dominantes no Brasil” (SILVA, 1976, p. 107).

Embora a expansão cafeeira tenha sido a base de uma rápida acumulação de capital, os efeitos dessa concentração foram extremamente reduzidos ao nível de transformação do modo de produção. A produção local especializou-se em produtos primários, o que é uma tendência própria à divisão do trabalho no seio da economia mundial capitalista, tendo encontrado forte apoio ideológico nas oligarquias brasileiras, que defendiam a “vocação agrária” do Brasil. Silva (1976) sustenta que a divisão internacional do trabalho limita os efeitos da acumula o ao nível da revolu o do modo de produ o e afirma que, através do desequil rio externo, a reprodu o do capital impõe transforma es necessárias   acumula o, quais sejam, o nascimento da indústria local e a conseqüente eleva o da produtividade tão necessária para a expansão do excedente e para a continua o da própria acumula o. Dessa forma, “através da constante soluço e recoloca o do desequil rio externo, o capitalismo brasileiro segue o seu

caminho, escondendo no palheiro das atribuições financeiras a contradição que explica o seu próprio desenvolvimento” (SILVA, 1976, p. 109).

Saes (1989) observa que o desequilíbrio externo para Silva (1976) não aparece como expressão de choques adversos, mas sim da posição subordinada da economia brasileira na economia mundial, que definiu a economia cafeeira como núcleo do desenvolvimento do capitalismo no país, e o desequilíbrio externo como uma das contradições desse desenvolvimento. Contudo, o desenvolvimento industrial brasileiro, ocorrido no centro da economia cafeeira e, conseqüentemente, subordinado à economia mundial, não significa ruptura com a situação prévia (SAES, 1989).

Silva (1976) argumenta que a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levaram ao surgimento e ao desenvolvimento da indústria, a qual, por sua vez, estava em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e com as formas de subordinação da economia do país. O autor afasta, no entanto o que chama de noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capital resultariam na sua própria destruição. Nesse sentido, nem a subordinação do Brasil à economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização nem a industrialização implica a destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial, e muito menos ainda a destruição do capitalismo no Brasil. O pesquisador sustenta que a industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil, como, por exemplo, a perda da posição dominante do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral (SILVA, 1976).

Silva (1976) conclui que os efeitos das formas de desenvolvimento ao nível das forças produtivas não podem ser classificados como entraves ao desenvolvimento do capital – e muito menos como entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil – e esclarece:

De um lado porque essas formas determinam ao mesmo tempo a possibilidade de uma acumulação relativamente rápida na indústria e na economia em geral. De outro lado, porque esses são efeitos do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por isso, o capital industrial não se opõe diretamente às formas de acumulação dominante, mas procura sempre desenvolvê-las em seu próprio proveito (SILVA, 1976, p. 115)

O capitalismo tardio de João Manuel Cardoso de Mello (1982) é essencialmente uma revisão da doutrina cepalina tradicional; no entanto, apesar de reconhecer a importância desta para a compreensão do desenvolvimento econômico da América Latina, refuta o caráter reflexo atribuído às economias latino-americanas pela CEPAL. Suzigan (1986) afirma que a

interpretação de Mello sugere que o desenvolvimento latino-americano, especialmente o brasileiro, é capitalista e determinado, primeiramente, por fatores internos e, secundariamente, por fatores externos. Nesse sentido, a emergência de um novo modo de produção capitalista dá-se a partir da transição do trabalho escravo para o assalariado. Verifica-se, portanto, a substituição da tradicional dicotomia fatores internos *versus* fatores externos como motores do crescimento por uma interpretação que enxerga o crescimento industrial como sendo, primordialmente, o resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, que depende da procura externa.

Saes (1989) refere que, embora Mello parta dos mesmos pressupostos que Silva, ou seja, de que a economia cafeeira cria as condições para o nascimento do capital industrial e de que as relações entre café e indústria são contraditórias, sua análise possui algumas diferenças em relação à do segundo autor. Embora considere os fatores externos o determinante do movimento da economia brasileira à época, Mello (1982) não aprofunda a relação da economia brasileira com a mundial; entretanto, ao conceber um modelo de ciclo conjunto dos capitais cafeeiro e industrial, a ótica do capitalismo tardio sugere uma dinâmica diferente da indicada por Silva (1976) (SAES, 1989).

Em Mello (1982), a tradicional periodização cepalina, que classifica o crescimento da economia brasileira como sendo voltado para fora até 1929 e que, a partir da Grande Depressão, volta-se para dentro em razão da crise do setor exportador, dá lugar a uma periodização que prioriza a transição da economia colonial para a mercantil nacional baseada no trabalho escravo e, posteriormente, para a economia capitalista exportadora. Nessa última fase, entre o final dos anos 1880 e 1920, deu-se a origem e a consolidação do capital industrial (SUZIGAN, 1986).

Suzigan (1986) afirma que, de acordo com a interpretação do capitalismo tardio, o capital industrial teve sua origem na década de 1880 através do rápido processo de acumulação de capital no setor exportador cafeeiro. À época, a introdução da máquina de beneficiar café e a construção de uma malha ferroviária para transportá-lo já haviam contribuído para a melhoria da qualidade do produto agrícola e para a redução dos custos de transporte, estimulando, desse modo, a acumulação de capital e aumentando a procura de mão de obra. Essas duas novas atividades utilizavam mão de obra assalariada, da qual os cafeicultores começaram a lançar mão em suas plantações, tendo em vista a onerosidade e o prenúncio da abolição do trabalho escravo. Nesse contexto, a imigração de trabalhadores livres foi a solução encontrada para a escassez de mão de obra, permitindo a transição da economia mercantil para a capitalista exportadora. Essas condições compreendem a

acumulação prévia de capital para investimento na indústria, a constituição de um mercado de trabalho livre, a criação de um mercado doméstico para produtos industrializados e a capacidade de importar bens de salário, matérias-primas e maquinário (MELLO, 1982).

O capital industrial é visto como uma extensão do capital cafeeiro e como parte do “complexo exportador de café”, que inclui a produção e o processamento do produto, o sistema de transportes – estradas de ferro, portos, entre outros –, o comércio de importação e exportação e os serviços bancários. Durante os períodos de expansão das exportações, ocorreu uma transferência de capital cafeeiro para a indústria. Essa relação entre o setor exportador e o crescimento industrial, no entanto, não é linear (SUZIGAN, 1986). Saes (1989) aponta que, no modelo de ciclo conjunto do capital cafeeiro e do capital industrial, surgem diferenças entre as interpretações de Silva (1976) e Mello (1982), pois, enquanto para o primeiro, o desequilíbrio externo aparece com papel decisivo na origem da indústria, para o segundo, ele pode ser identificado como um momento do referido ciclo.

De acordo com a interpretação de Mello (1982), a expansão da economia cafeeira é escolhida como ponto de partida para analisar as relações dos capitais cafeeiro e industrial. Na atividade cafeeira, o crescimento dos preços elevou a taxa de acumulação financeira mais rapidamente do que a real, possibilitando a transferência de capitais do café para a indústria, ainda que as margens de lucro desta fossem inferiores às do primeiro. Em sequência, a taxa de acumulação real cafeeira acelerou-se, buscando atrair recursos estrangeiros, impondo, portanto, maior concorrência externa à indústria já instalada, que se defendeu através da concentração e da centralização de capitais (SAES, 1989). Em relação aos agentes sociais do processo de acumulação de capital no setor industrial, Suzigan (1986) ressalta que, enquanto Mello (1982) enfatiza o papel dos cafeeiros como o grupo social que deu origem à burguesia industrial, Silva (1976) atribui esse papel aos burgueses imigrantes industriais.

Saes (1989) refere que, sob a ótica do capitalismo tardio, uma vez iniciada a reversão do ciclo de preços do café, após a grande acumulação, eleva-se a rentabilidade da indústria em relação ao café, o que permite a manutenção por algum tempo da taxa de acumulação da economia. Não obstante, deflagrada a crise cafeeira, tanto o café quanto a indústria são arrastados por ela; a indústria, por seu turno, tem a possibilidade de se defender utilizando sua capacidade ociosa para se recuperar em razão da redução da capacidade de importar, que lhe reserva algum mercado (MELLO, 1982).

De acordo com Mello (1982), o padrão de acumulação de capital baseado no comércio cafeeiro foi interrompido pela crise do café e pela Grande Depressão nos anos 1930. A acumulação de capital industrial tornou-se mais independente do capital cafeeiro, ao menos

pelo lado da procura, que não seria mais determinada primordialmente pela expansão do setor exportador, e sim, principalmente, pelo crescimento da renda no setor industrial urbano. O aumento da produção das indústrias de bens de consumo previamente estabelecidas e o simultâneo processo de rápida industrialização por substituição de importações de bens intermediários e de capital foram estimulados pelas políticas monetária e fiscal expansionistas adotadas na década de 1930, conforme a teoria dos “choques adversos”. Contudo, essa substituição de importações foi insuficiente para estabelecer as indústrias produtoras de insumos básicos e de bens de capital no Brasil (SUZIGAN, 1986).

A acumulação seguiu dependente da capacidade de importar gerada pelo setor exportador para adquirir equipamentos e insumos básicos industriais. Somente nos anos 1930, quando a conjuntura internacional determinou a redução da capacidade de importar do Brasil, essas importações de maquinaria puderam ser aumentadas em razão da mudança na composição das importações, como resultado do processo de industrialização por substituição de importações. Por fim, verifica-se que, apenas a partir de meados dos anos 1950, a acumulação de capital tornou-se predominantemente e endogenamente determinada, decorrente da implantação de indústrias pesadas, conforme apontam Mello (1982) e Tavares (2011).

Saes (1989) ressalta que, apesar das diferenças presentes nas teses de Silva (1976) e de Mello (1982), ambas sugerem alternativas que superam o impasse em que se situava a controvérsia entre teoria dos choques adversos e industrialização induzida pelas exportações. Suzigan, por sua vez, embora faça algumas qualificações sobre a obra de Mello, sustenta que as críticas não diminuem a “grande contribuição desta escola de pensamento ao estudo das origens do desenvolvimento industrial no Brasil” (SUZIGAN, 1986, p. 38).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as origens da industrialização brasileira passou a interessar os estudiosos das ciências sociais a partir da segunda metade do século XX. No primeiro capítulo, abordou-se a interpretação clássica desse processo, elaborada por Furtado (2007) em *Formação Econômica do Brasil*. Segundo essa teoria, a Grande Depressão representou um ponto de inflexão na economia brasileira, pois a política de defesa do café combinada com a crise do modelo agroexportador fez com que o centro dinâmico da economia fosse deslocado para o mercado interno. Nesse sentido, o processo de substituição de importações observado a partir de 1930 marcou o início da industrialização no Brasil para Furtado. Embora o autor reconheça a existência de um setor manufatureiro anterior a esse período, este ainda era incipiente, não sendo objeto de um exame mais minucioso. A intencionalidade das políticas industrializantes do primeiro governo de Getúlio Vargas tampouco interessam Furtado, entretanto, Fonseca, a partir da análise das instituições criadas e alteradas durante o período, logra demonstrar que a industrialização não foi um mero subproduto da defesa do setor cafeeiro.

No segundo capítulo, foram apresentadas as ideias dos autores que se contrapõem à interpretação de Furtado. Peláez (1972) fez sua crítica à teoria dos choques adversos refutando os argumentos da recuperação e da transferência que identificou na tese do autor cepalino. Segundo Peláez, a sustentação do café foi financiada por novos tributos, e não pela política keynesiana defendida por Furtado. O autor também contestou o fato de que os recursos tenham sido transferidos do café para a indústria nacional. Embora a tese de Peláez contenha alguns problemas, a quantidade significativa de dados sobre a indústria brasileira antes de 1930 reunida pelo autor torna sua obra valiosa para o estudo desse período. Dean (1971) deu uma importante contribuição à discussão ao investigar as origens do empresário industrial nacional, bem como ao analisar o impacto da Primeira Guerra Mundial no processo de industrialização do Brasil. Villela e Suzigan (1973) examinaram os efeitos da política cambial sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria brasileira, inclinando-se favoravelmente à teoria da industrialização induzida pelas exportações. Por fim, foi apresentada a contribuição de Topik (1987), que concentrou sua pesquisa nas políticas industriais durante a Primeira República.

Nos anos 1970, o embate entre teoria dos choques adversos *versus* industrialização induzida pelas exportações ganhou desdobramentos a partir das mediações feitas por Versiani e Versiani (1977) e Fishlow (1972). Enquanto Versiani e Versiani (1977) estudaram o impacto

da política tarifária na indústria do Brasil antes de 1930 e a alternância entre ciclos de aumento da produção e da capacidade produtiva, Fishlow observou que o primeiro surto de substituição de importações ocorreu ainda no século XIX. As abordagens marxistas de Silva (1976) e Mello (1982) procuraram entender o crescimento industrial como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, numa tentativa de superar o impasse entre as interpretações originais sobre o início da industrialização no país. Silva (1976) aponta a relação de complementaridade e de contradição entre café e indústria; Mello (1982), por sua vez, interpreta o crescimento industrial como um resultado do processo de acumulação de capital no setor agroexportador, o qual dependia da procura externa.

Dada a multiplicidade de interpretações sobre as origens da industrialização brasileira, o presente trabalho teve por objetivo sistematizar esse assunto tão relevante. Embora a discussão sobre o processo de industrialização no Brasil tenha restado adormecida nos últimos anos, ela é fundamental não apenas para a compreensão da economia brasileira, mas principalmente para fornecer elementos que permitam a formulação de políticas que busquem a superação do atual momento de crise, no qual se discute o fenômeno da “desindustrialização” no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, Luis Augusto Estrella et al. **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE, 1989. p. 167-208
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1971.
- DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flavio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. Saraiva: São Paulo, 1972. p. 07-40.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 125-143, 1986.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, jan./mar. 2003.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. **Economia**, Brasília, DF, v. 10, n. 4, p. 867-885, dez. 2009.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. **Tempo**, Niterói, v.23, n.1, p. 87-104, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v23n1/1980-542X-tem-23-01-00086.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.
- LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização**. São Paulo: Alfa Omega, 1978. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/AUP840/2bib/luz/luz-luta-pela-ind.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PELÁEZ, Carlos Manuel. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 15-47, dez. 1968.

PELÁEZ, Carlos Manuel. O desenvolvimento da indústria de aço no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 191-244, abr./jun. 1970.

PELÁEZ, Carlos Manuel. As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 05-82, jul./set. 1971.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História da industrialização brasileira**: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 03-14, abr./jun. 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina/o caso do Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição; CORRÊA, Vanessa Petrelli; SIMIONI, Monica (Org.). **Desenvolvimento e igualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. p. 61-87.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VERSIANI, Flávio Rabelo. História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil, de Carlos Manuel Peláez. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 181-188, fev. 1974. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/697/639>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (Org.). **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo, 1977. p. 121-142.

VILLELA, Anníbal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.